

ATA

N.º 01/2023

**SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE**

**Realizada em
28 de fevereiro de 2023**

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE,
REALIZADA EM 28 DE FEVEREIRO DE 2023:**

---Aos **vinete e oito** dias do mês de **fevereiro** do ano **dois mil e vinte e três**, nesta cidade de Esposende e no Fórum Municipal Rodrigues Sampaio, em Esposende, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Esposende, expressamente convocada para o efeito, sob a presidência de Carlos Manuel Pires Martins da Silva, na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal.-----

---A reunião da presente sessão foi secretariada pelos Primeiro e Segundo Secretários da Mesa, respetivamente, Otílio Silva Hipólito e Jaqueline Casado Afonso Areias.-----

---Para além dos membros da Mesa encontravam-se presentes os seguintes membros:-----

Tito Alfredo Evangelista e Sá,
António José Pereira Morgado,
Celestino Cubelo Morais,
José Maria Losa Esteves,
Manuel Francisco Vasco Gaifém, em substituição de João Carlos Fraga de Oliveira Martins,
Sara Filipa Gonçalves Herdeiro,
José Manuel Cruz Silva,
Anabela Solinho Martins,
Manuel Fernando Lima de Meira Torres,
Sandra Patrícia de Sá Gomes,
Baltazar Almeida da Costa,
Domingos José da Cruz Carvalho,
Francisco Manuel Guimarães de Melo,
Paulo Fernando Ferreira Teixeira,
Mariana Gonçalves Viana,
Ilídio Morais Rodrigues,
Manuel Marcelino Correia da Silva Cunha,
Armando Luís Lopes Martins,
Manuel José Sampaio Viana,
Vitor Manuel Queirós Quintão,
Eduardo Oliveira Maia,
Mário Pires de Boaventura,
Valdemar Mota de Faria,
Manuel Eiras Martins de Abreu,
Aurélio Mariz Neiva,
Carlos Veiga Escrivães e
Mário Ferreira Fernandes.

---Sendo 20 horas e 40 minutos, verificando-se a existência de “quórum” para o funcionamento da Assembleia, pelo Presidente da Mesa foi declarada aberta a sessão, encontrando-se presente o Presidente da Câmara Municipal, António Benjamim da Costa Pereira, em representação desta, bem como dos Vereadores:

Artur Guilherme Lima Souto Emílio,
Alexandra Suzana Abreu de Faria Carvalho Roeger,
Luís António Sequeira Peixoto,
António Sérgio Moreira Mano, e
Mário Rui Pereira Ferreira Neiva Losa.-----

---Verificou-se a ausência da Senhora Vereadora Maria Alexandra Campos Esteves Faria de Vilar.-----

---Não compareceu inicialmente o Senhor Deputado Municipal Paulo Fernando Ferreira Teixeira, tendo chegado pelas 20 horas e 50 minutos.-----

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia começou por saudar os Senhores membros da Assembleia Municipal, incluindo os Senhores Presidentes de Junta, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, as pessoas que estavam a prestar apoio à assembleia, bem como, o público em geral.

De seguida, informou que o Senhor Deputado do CDS-PP João Carlos Fraga de Oliveira Martins, se fez substituir pelo Deputado Manuel Francisco Vasco Gaifém.

Informou ainda, que a Senhora Deputada Anabela Solinho Martins, deixou de fazer parte do Partido Socialista, estando a partir desse momento como Deputada Independente.

Antes de começar pediu permissão para proferir umas breves palavras, nos seguintes termos:

“Hoje é a primeira reunião depois de ter sido aprovado o Regimento da Assembleia Municipal, em 15 de dezembro de 2022, a intervenção do público passará a decorrer mais cedo, antes do período da ordem do dia, de acordo com o artigo nº 33 do Regimento.

Decorrente também da aprovação do Regimento, foi criada na última reunião da Comissão Permanente, em 13 de fevereiro de 2023, o grupo de trabalho para elaboração de Regulamento específico, que irá regular a recolha de imagens, bem como a transmissão das sessões da Assembleia, em obediência às disposições legais ao caso aplicáveis, e que irá ser submetido à aprovação desta Assembleia Municipal, como definido no artigo nº 67 do Regimento. O grupo será constituído pelo Dr. Otílio Hipólito, pelo Dr. Francisco Melo e pelo Arquiteto António Morgado.

Também de acordo com a alínea 3 do artigo nº 27, e como delineado também na última reunião da Comissão Permanente, em 13 de fevereiro de 2023, temos como objetivo a realização de pelo menos duas sessões da Assembleia Municipal, noutros locais do Município. Ainda este ano contamos que seja realizada uma na vila de Forjães e posteriormente, uma na vila de Apúlia.”-----

Mais referiu, esperar que, de acordo com o partilhado na conferência de líderes, os trabalhos decorressem com fluidez, e que pudessem atingir o objetivo de duração máxima daquela assembleia, de duas horas, a duas horas e meia.-----

Informou ainda o público presente que se poderia inscrever para intervenção, caso o pretendessem fazer, tendo preferência os inscritos previamente. Mais informou, haver já duas inscrições prévias, podendo ainda inscrever-se mais quatro pessoas.-----

01 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: _____

01.01 – APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 15 DE DEZEMBRO DE 2022 – PROPOSTA DE APROVAÇÃO.-----

Foi presente a ata da sessão deste órgão, realizada no passado dia quinze de dezembro de 2022 e cuja cópia foi distribuída por todos os seus elementos.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES, APROVAR A ATA DA SESSÃO REALIZADA EM 15 DE DEZEMBRO DE 2022. -----

Não participaram na votação os senhores deputados municipais José Maria Losa Esteves, Anabela Solinho Martins e Francisco Manuel Guimarães de Melo, ao abrigo do impedimento legal previsto no nº 3 do artigo 34º do CPA, por não terem estado presentes na sessão de 15 de dezembro de 2022.-----

Não participou igualmente na votação o senhor deputado municipal Paulo Fernando Ferreira Teixeira, por não se encontrar presente na sessão, no momento da votação do presente assunto.-----

01.02 – CORRESPONDÊNCIA DIVERSA – PARA CONHECIMENTO.-----

Foi dado conhecimento, pelo Presidente da Mesa, da correspondência recebida, tendo neste momento referido que a mesma foi distribuída por todos os membros da Assembleia Municipal.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.-----

01.03 – INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS MUNICIPAIS E DOS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA.-----

Interveio a Sr.^a Deputada Municipal, Sara Herdeiro, do Grupo Político do PPD/PSD, tendo referido:

*“Senhor Presidente da Mesa,
Senhor Presidente da Câmara,
Senhores Vereadores,
Senhores Deputados Municipais,
Senhores Presidentes de Junta,
Público em geral, boa noite.*

1 – VOTO DE SOLIDARIEDADE PARA COM O POVO TURCO E SÍRIO.-----

“Foi com grande consternação que no passado dia 6 de fevereiro de 2023 fomos surpreendidos com o sismo que assolou a Turquia e a Síria, provocando milhares de mortes. Um acontecimento profundamente marcante que todos entristece. Por esse motivo, não

podemos deixar de demonstrar a nossa solidariedade com o Povo Turco e Sírio neste momento difícil na vida destes Povos.

Sendo este um momento de grande consternação, os membros do PSD desta Assembleia Municipal, associam-se ao Povo Turco e Sírio, endereçando-lhes a nossa total solidariedade, propondo que seja aprovado um voto de solidariedade por tão doloroso acontecimento. Mais propomos que, esta deliberação seja comunicada, por escrito, às respetivas embaixadas em Portugal.”-----

2 – VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE LUÍS GOMES VIANA.-----

*“Faleceu no passado dia 18 de dezembro de 2022, **Luís Gomes Viana**, com 85 anos de idade. Natural de Fão, onde nasceu a 18 de julho de 1937, desenvolveu a sua atividade profissional como Empresário, tendo-se destacado na ação política e associativa que levou a cabo ao longo da sua vida.*

***Luís Viana**, como era conhecido, enquanto autarca foi Presidente da Junta de Freguesia de Fão, entre o ano de 1979 e 1989 e, teve assento na Assembleia de Freguesia em diversos mandatos, destacando-se a sua participação como membro fundador da ANAFRE (Associação Nacional de Freguesias), tendo sido agraciado e reconhecido por tal na passagem do 30º aniversário desta associação.*

Em termos associativos, exerceu diversos cargos em associações de áreas distintas, tais como, Clube Futebol de Fão, Confraria do Senhor Bom Jesus de Fão, Clube Fãozense, sobretudo, na Cooperativa Cultural de Fão, sendo um defensor e promotor da cultura e tradições de Fão, onde se destacou. Foi, também, bombeiro voluntário durante muitos anos.

A sua vida e carreira são um exemplo para as gerações mais jovens no que toca à dedicação à causa pública e ao serviço da comunidade.

*Neste momento de dor, os membros desta Assembleia Municipal, das bancadas políticas do PSD e do CDS, associam-se à família e amigos de **Luís Gomes Viana**, endereçando-lhes as mais sentidas condolências, propondo que seja aprovado um voto de pesar por tão doloroso acontecimento. Mais propomos que, esta deliberação seja comunicada, por escrito, à digníssima família.”*-----

Interveio o Sr. Deputado Municipal, Otílio Hipólito, do Grupo Político do PPD/PSD, tendo feito a seguinte intervenção:

*“Ex.mo. Senhor Presidente e demais membros da Mesa,
Ex.mo. Senhor Presidente da Câmara Municipal,
Ex.mos. Senhores Vereadores,
Ex.mos. Membros da Assembleia Municipal,
Caros Presidentes de Junta,
Estimado Público,*

O Grupo do PSD vem por este meio apresentar uma Moção, intitulada:

3 - MOÇÃO “PELO RESTABELECIMENTO DO ATENDIMENTO PRESENCIAL AO PÚBLICO NOS SERVIÇOS DA REPARTIÇÃO DE FINANÇAS DE ESPOSENDE”.-----

“A Declaração mundial da pandemia da doença da Covid19 em Março de 2020 determinou a aplicação de imensas medidas de mitigação e controlo da referida doença, altamente contagiosa e que teve o condão de suspender toda a actividade que nos animava e norteara dia após dia.

O anúncio da pandemia não deixou imune todos os serviços públicos abertos no país e no próprio concelho de Esposende, que alicerçados nos valores da saúde pública e segurança dos utentes e dos próprios colaboradores destes serviços, suspenderam o atendimento presencial e privilegiaram o atendimento por outros meios, mormente, o atendimento pelos meios digitais em detrimento das portas abertas aos utentes e público em geral.

Contudo, a evolução destes meses delicados, traumáticos e de ansiedade entregou-nos o regresso à normalidade e a abertura do país foi sinal de liberdade e exercício dos mais básicos direitos fundamentais, como o livre exercício de circulação das pessoas e bens sem as restrições ou condicionante impostas pelas medidas adoptadas de mitigação e controlo da covid19.

Contudo, existe no concelho de Esposende um reduto que resiste ao regresso da normalidade nas suas instalações... esse reduto é o serviço de Finanças de Esposende, que continua a manter as suas portas fechadas ao atendimento aberto aos contribuintes, exigindo marcação prévia ou a resolução dos assuntos fiscais por outros meios alternativos de atendimento.

Esta obstinada atitude e comportamento contraria as orientações superiores emanadas do governo, que determinaram que todos os serviços assegurassem 50 por cento de atendimentos presenciais sem o recurso a marcação prévia.

A política de portas fechadas colocada em prática pela Repartição de Finanças de Esposende constitui para a população do concelho, no geral, e para a comunidade sénior de Esposende, em particular, um forte óbice à realização das mais simples tarefas de cumprimento de obrigações fiscais, como sucede com o simples ato de proceder ao pagamento de um tributo.

Na verdade, muitos serviços públicos do concelho já atendem os seus utentes sem recurso ao expediente da marcação prévia, cumprindo de forma plena o princípio da administração aberta e da participação e acesso dos administrados aos serviços públicos descentralizados, mas o serviço de Finanças de Esposende mantém-se irredutível na posição de entrave na circulação livre e plena dos cidadãos ao seu espaço físico para obtenção de informações e de serviços essenciais para o quotidiano e vida do concelho de Esposende.

Assim, o Grupo Municipal do Partido Social Democrata eleito para a presente Assembleia Municipal de Esposende propõe esta moção onde exige que a Repartição de Finanças de Esposende proceda ao atendimento presencial dos contribuintes e utentes sem necessidade de marcação prévia e depois de aprovada nesta assembleia datada de 28 de Fevereiro de 2023 seja remetida a todas as entidades legais com competências e responsabilidade pelo funcionamento desta Repartição, nomeadamente, à Direcção de Finanças de Braga e Ministério das Finanças.”-----

Interveio depois o Sr. Deputado Municipal, António José Morgado, do Grupo Político do PPD/PSD, tendo feito a seguinte intervenção:

*“Ex.mo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal
Ex.mo. Senhor Presidente da Câmara Municipal
Senhoras e Senhores Vereadores*

*Senhoras e Senhores Deputados Municipais
Senhores Presidentes de Junta
Publico presente,*

Fez recentemente um ano que se deu a invasão da Ucrânia. Começo esta minha intervenção por naturalmente aludir ao conflito armado naquele país, e em nome do PSD de Esposende, deixar uma palavra de reconhecimento pela forma como o povo ucraniano, ao longo deste último ano, tem lutado pela sua autonomia, pela sua liberdade e pelo seu território. Há 1 ano na sessão de fevereiro deste órgão, apresentávamos uma moção de solidariedade para com o povo ucraniano a manifestar todo o nosso apoio com a Ucrânia e com os seus cidadãos. Hoje, perante a bravura e o patriotismo demonstrado pelo povo ucraniano, pela forma como tem defendido, não só o seu território, mas também a própria União Europeia, reforçamos a nossa solidariedade, demonstrando ainda mais respeito e admiração pela coragem e determinação como a Ucrânia e o seu povo tem resistido à invasão e aos intentos da Rússia.

*Senhor Presidente da Mesa
Senhor Presidente da Câmara
Senhoras e Senhores Deputados Municipais*

Feita esta justa homenagem ao povo ucraniano, foco a minha intervenção sobre o desempenho dos agentes políticos do concelho e sobre o impacto que a ação do governo do Dr. António costa, tem tido e continuará a ter junto da nossa população.

E sobre o concelho, haverá a destacar dois aspetos:

O primeiro tem a ver com o desempenho do executivo camarário. E neste campo, é com agrado que verificamos a continuação de uma excelente gestão dos nossos recursos por parte do executivo, contribuindo assim de forma decisiva para desenvolvimento sustentado do concelho. Sem esquecer as freguesias do concelho, continuam a ser apresentadas e lançadas obras estruturantes, como recentemente foi exemplo o Parque da Cidade, que vê a sua primeira fase avançar, o Souto Citadino ou a nova travessia sobre o Rio Cávado que ligará Gemeses a Fonte Boa.

A par dessas obras, têm sido implementados projetos de grande valor para o desenvolvimento cultural e do bem-estar da população do concelho. Projetos que têm sido reconhecidos, como recentemente foi exemplo a atribuição da distinção Município Mais Azul 2022 da região Norte, em reconhecimento pelo excelente desempenho nas atividades de Educação Ambiental desenvolvidas no âmbito do Programa Bandeira Azul, ou a distinção com a atribuição do Prémio de Mérito pela preservação do património subaquático com o Projeto do Naufrágio do Belinho.

Ou seja, todo um conjunto de projetos e de medidas que, a par de muitos outros concluídos ou em curso, continuam a mudar a face do concelho, tornando-o mais moderno e atrativo e no qual a qualidade de vida é por demais reconhecida por todos, seja pelos que cá moram e trabalham, seja por quem nos visita.

O segundo aspeto, e em contraponto com o bom desempenho demonstrado pelo executivo, tem sido o mau desempenho demonstrado pela oposição. Com raras exceções por parte do CDS que nesta assembleia, e a espaços, tem demonstrado algum espírito construtivo, continua a prevalecer o vazio de ideias da restante oposição e a completa falta de capacidade política dos seus agentes políticos para, com credibilidade e acerto, contribuir de forma construtiva para o

enriquecimento do debate político no concelho e assim contribuir positivamente par o seu desenvolvimento sustentado.

Constantemente refugiados na retorica do costume assente na mal discência, não só impera o vazio de propostas por parte dessas forças partidárias, como também, verificamos, que por força da inação e ambição dos seus agentes políticos, essas forças partidárias concelhias se vão desagregando. Uma consequência que, como se disse, em nada contribui para o necessário debate político.

Senão vejamos:

Primeiro foi o Chega, onde, talvez por vergonha da matriz partidária, ou tendo feito do partido uma espécie de cavalo de Troia, para a cobro do populismo que lhe é reconhecido, conseguir chegar a esta assembleia, o seu representante distanciou-se da sigla, tornando-se assim independente. Julgamos que, com este afastamento, teríamos um membro liberto do populismo do partido e apto para debater com ideias, sugestões e propostas válidas, em prol do município e das suas gentes. Mas o que mudou além do desaparecimento do Chega? Nada! Mantêm-se o discurso populista e a fraca oposição. O que daí retiramos, é que para quem critica os políticos, pelos vistos (e perdoem-me a expressão), “vender a alma ao diabo” para ganhar assento nesta assembleia não custou assim tanto.

Depois, no PS, e perante o fim da representatividade deste partido no quadro de vereadores da Câmara Municipal, consumada com a desistência do seu único representante eleito que se tornou independente, veio agora a confirmação do surgimento de mais um membro independente nesta assembleia, em prejuízo, uma vez mais do PS, confirmando assim o que há um ano aqui afirmava na sessão de fevereiro, quando dizia que no partido socialista não havia uma ideia para o concelho, mas era evidente a existência de duas agendas políticas, evidenciadas pelos seus representantes quer na assembleia quer na câmara municipal.

Tudo isto veio confirmar a fragilidade e a falta de credibilidade política dos partidos da oposição do concelho, que postas a nu nos últimos tempos, não só revelaram que, de facto, em Esposende não há uma verdadeira oposição que contribua para um necessário debate político que se quer enriquecedor, como, em sentido contrário, é demonstrativo de que face ao desempenho do executivo do PSD liderado pelo arquiteto Benjamim Pereira, esta oposição fica reduzida a declarações de votos nas propostas apresentadas pelo PSD. Declarações de votos desviantes, sempre assentes em demagogia e em ataques constantes à seriedade e à dignidade do Senhor Presidente da Câmara e dos membros do PSD de Esposende.

*Senhor Presidente da Mesa,
Senhor Presidente da Câmara
Senhoras e senhor deputados municipais,*

Se por um lado, no concelho, o executivo camarário tem sabido cumprir com os compromissos que assumiu com a população no sentido de alcançar o desiderato do desenvolvimento sustentado do nosso território, por outro lado, a coberto de uma maioria absoluta com tiques absolutistas do seu líder, temos um governo socialista dividido e mergulhado em escândalos e sucessivas demissões que nos brinda com um conjunto de medidas que, forçosamente, e nem sempre positivamente, têm tido o seu impacto na vida dos portugueses em geral e de muitos esposendenses em particular. E se na área da saúde continua a verificar-se o mesmo descontrolo, na educação assistimos ao fim da paz social, onde por inação e responsabilidade direta do governo, os alunos e as famílias têm sido prejudicados por força dos prolongados

protestos da comunidade docentes e não docente. E essa falta de respostas do governo face às reivindicações dos professores acabam por ter efeitos nefastos no aproveitamento escolar dos alunos, prejudicando assim a suas aprendizagens.

Mais recentemente, o Senhor Primeiro Ministro lembrou-se finalmente do que prometeu e que tem vindo a adiar há 7 anos. Falo do problema da habitação.

Com o anúncio do programa mais habitação, o governo atirou para cima da mesa um conjunto de chavões que apelida de medidas para resolver o problema da habitação. Mas sobre essas medidas, rapidamente se percebeu que padecem de um prévio suporte de estudo e análise do sector que as sustentem e as justifiquem. O governo, à pressa, atirou para cima dos portugueses, uma proposta política para a habitação profundamente ideológica e cujos intentos visam apenas e só garantir as verbas previstas no PRR para o efeito. Fazendo-o numa lógica pública, coerciva e de abuso de poder sobre os direitos e propriedade dos portugueses, quer impor aos municípios a perda de receitas em IMI, sobrepor-se aos PDM's democraticamente aprovados, e por decreto, mexer na legislação que regula o urbanismo sem previamente, ouvir os municípios nem as ordens técnicas que atuam sobre o urbanismo em Portugal.

Senhores deputados, tudo isto representa um centralismo absoluto contrariando assim a descentralização que o governo socialista tem em marcha. Não será deixando de fora deste programa os municípios ou fazendo uma autêntica requisição civil dos bens imóveis das famílias, que se esforçaram para criar património, para agora, contra a sua vontade, verem os seus bens serem entregues a terceiros de forma coerciva, que o governo resolverá o problema da habitação.

Se por um lado o acesso à habitação é um direito, por outro lado, o poder de cada um decidir sobre o que fazer com o seu património também é um direito.

Além disso, o que dizer da ideia peregrina do fim tácito do alojamento local?

Se por um lado é necessário regular o setor nos grandes centros urbanos, acabar com o AL é o mesmo que dizer a todos aqueles que investiram no setor, e no nosso concelho são muitos, que doravante deixarão de ter a sua fonte de rendimento e passarão a ver o seu projeto de vida adiado. E o mesmo também se aplica aos municípios que apostaram no turismo como estratégia de desenvolvimento.

Por tudo isto, este programa é para nos, mais uma medida desajustada, por ventura, e em parte, não exequível por força da possível inconstitucionalidade de algumas das propostas apresentadas. É por isso de bom tom, que o Sr. Primeiro Ministro, ouça os municípios, e em sede de discussão pública, tenha em consideração a verdadeira realidade do país no que toca à habitação. Não pode tratar pequenos concelhos como grandes áreas metropolitanas. Não pode sobre tudo, tratar os portugueses como meros peões e literalmente impor regras apenas e só para satisfazer o seu ego e afirmar o poder que tem.

Como referi anteriormente, este programa do governo para a habitação, a ser implementado da forma em que está a ser pensado, trará problemas graves para muitos esposendenses. Esposende é um concelho com grande apetência turística e com muita segunda habitação. Eliminar o AL de forma tácita, além de prejudicar gravemente aqueles que nele investiram, poderá disponibilizar mais casas para o arrendamento, mas trará consigo outros problemas associados a tudo isto, nomeadamente a todos aqueles que investiram neste modelo do AL, correndo agora o risco de nunca verem recuperados os seus investimentos.

Senhor Presidente da Mesa,



Para terminar, e face à existência de alguma desinformação sobre alguns assuntos de interesse para as populações de Apúlia e Fão, quero deixar duas questões ao Senhor Presidente da Câmara:

A primeira, está relacionada com o centro de saúde de Apúlia.

Pergunto ao senhor Presidente da Câmara, em que ponto se encontra o processo? Concretamente, que respostas têm sido dadas ao município pelo ACES e a Autoridade de Saúde, e que respostas, essas entidades, têm dado à câmara municipal face à disponibilidade do município para ajudar a solucionar o problema que esta na base do encerramento do centro de saúde?

A segunda, Senhor Presidente, tem a ver com o complexo desportivo de Fão, e no seguimento das últimas notícia vindas a público, questiono-o sobre o porquê do processo de licenciamento ainda não estar totalmente concluído, e se isso, é ou não da responsabilidade do município? E em segundo lugar, perguntar-lhe se o que está na base do processo de execução em curso está diretamente relacionado com o município?

Muito obrigado senhor Presidente.”-----

Intervio de seguida o Sr. Deputado Municipal Independente, Marcelino Cunha, tendo feito a seguinte intervenção política:

*“Ex.mo Senhor Presidente da Mesa desta Assembleia,
todos os elementos da mesma,
Senhor Presidente da Câmara Municipal,
Senhores Vereadores,
Senhores Deputados,
Senhores Presidentes de Junta,
demais autarcas,
Ex.mo Público,*

Muito boa noite!

É mais uma vez que com enorme preocupação me pronuncio em Assembleia Municipal. Mais uma vez tive a preocupação de discretamente fazer uma passagem pelas freguesias do concelho e mais uma vez vi e ouvi o que há muito tempo vai sendo a sina do concelho de Esposende.

Um concelho abandonado!

"Abandonado pela nossa Câmara. O Presidente não quer saber disto nem de nós, só está preocupado em chegar ao fim do mandato, bem remediado – foram-me dizendo."

É verdade, Sr. Presidente Benjamim Pereira. Ficará o seu nome no registo que a população lhe der.

E diz-me V.^a Ex.^a: o povo votou em maioria!

E eu respondo-lhe: porque esse povo tinha o "rabo preso".

Bem, a verdade é que o executivo anuncia estudos, planos, projetos em execução e a executar. Anuncia investimentos e desinvestimentos e... endividamentos.

Por isso, lá vem a lavagem da imagem com os anúncios de que a Câmara Municipal de

Esposende respira saúde financeira.

Só que, mais tarde ou mais cedo, a verdade vem ao-de-cima.

O grande exemplo é o caso do "Complexo Desportivo do Futebol Clube de Fão" e será o da A.D.E. - Associação Desportiva de Esposende e ainda o "Parque da Cidade".

Tresandam a megalomania estranha, mas com rabo-de-fora.

Deixo aqui um apelo ao executivo:

Deixem-se os projetos megalómanos alimentados pela ilusão da grandeza inútil.

Deixem-se as manobras que roçam na desculpa de que "aproveitamento político é de quem pensa pequeno" - citando Benjamim Pereira, quando os assuntos são para ser discutidos em discordância e concordância;

Deixem-se os processos na sombra do "processo norteado por total transparência" - citando mais uma vez Benjamim Pereira e, que atendendo ao que está a acontecer, vejo realmente tudo menos transparência.

Não se alimente o estúpido princípio "político-partidário-governativo" do "quem vem atrás que feche a porta".

Ainda há tempo para se fazer coisas boas e satisfazer necessidades que vão desde melhoramento de infraestruturas a sociais.

Temos, no nosso concelho necessidades em todas as freguesias, mas há freguesias com casos problemáticos que desde sempre os tiveram e nunca ninguém os resolveu.

Há famílias, muitas, que não precisam do que lhes prometemos. Precisam muito mais, do que lhes damos!

Se os líderes deste país se revissem no próximo, teríamos uma sociedade bem melhor, bem mais feliz.

Lembro ainda ao Sr. Presidente, que fiz alguns pedidos de esclarecimento via e-mail e ainda não recebi. Fiz outros mais recentes que espero receber, atempadamente e de forma esclarecedora.

Tenho dito!"-----

Intervenção de seguida a Sr.^a Deputada Municipal Independente, Anabela Solinho, tendo feito a seguinte intervenção política:

"Boa noite,

Senhor Presidente da Assembleia, mesa,

Senhor Presidente da Câmara,

Respetivos Vereadores,

Senhores Presidentes de Junta,

Senhores Deputados,

Público em geral,

Tendo já sido deixado o alerta sobre determinados assuntos pertinentes e que também me chegaram, de ânsia dos nossos munícipes, nomeadamente o alerta sobre o Centro de Saúde de Apúlia e o Complexo Desportivo de Fão, deixo esses já "de lado", e, falaria de outros talvez menores, mas também igualmente importantes para os nossos munícipes e para o nosso Município, que é a questão do estacionamento na cidade de Esposende.

A cidade de Esposende carece de estacionamento, e também, tem o problema do mau estacionamento. Nas ruas a nascentes do cemitério de Esposende, é abusivo o estacionamento

que fazem frente a garagens, em sítios inoportunos e seria um assunto a ter em conta, julgamos nós.

Estando, portanto, na ordem do dia o pacote governamental da habitação, e agora transpondo para o caso do município de Esposende, julgo que a esta Assembleia caberá, portanto, a reflexão e o debate sobre o alojamento, alojamento sobretudo social, referente a agregados familiares sem posses, referente ao alojamento de agregados talvez com algumas posses, classe média, mas que não conseguem adquirir as suas casas aqui no município. E também, o número de camas para Alojamento turístico, e neste sentido, ficava a questão, qual a orientação do Município sobre a polémica instalada nos titulares de alojamento local, resultado deste documento do Conselho de Ministros.

Muito obrigada pela palavra.-----

Interveio depois o Sr. Deputado Municipal Francisco Melo, do CDS-PP, fazendo a intervenção política que se transcreve:

“Exmos.

Senhor Presidente da Assembleia,

Senhor Presidente da Câmara,

Senhores Vereadores

Senhores Presidentes de Junta,

Senhores Deputados Municipais,

Esposendenses aqui presentes,

Da parte do CDS-PP queremos apresentar um Voto de Solidariedade, conjunto com o Grupo Político do PPD-PSD, intitulado:

4 - VOTO DE SOLIDARIEDADE PARA COM O POVO UCRANIANO.-----

“A 24 de fevereiro de 2022, a guerra regressava à Europa. Como das vezes anteriores, de forma cobarde, injusta e mentirosa.

Desde a primeira hora, que os esposendenses uniram-se na condenação da agressão bárbara da Federação da Rússia à Ucrânia, espelhado na moção de solidariedade ao povo da Ucrânia e no voto de protesto pela invasão, aprovados unanimemente na sessão da Assembleia Municipal de 25 de fevereiro de 2022.

Mas muito mais foi feito na nossa comunidade. Desde a Câmara Municipal e juntas de freguesia, passando pelas associações, empresas e instituições locais, até aos particulares, bens essenciais foram recolhidos e enviados, famílias foram acolhidas, empregos foram criados. Em resumo, todos os esposendenses foram ucranianos.

Passou um ano desde que a Ucrânia foi forçada a defender os valores e liberdades que comunga connosco. O fim da guerra, infelizmente, parece estar ainda longe, mas próximo continuará a ser o nosso apoio para com o povo da Ucrânia.

Nesta Assembleia Municipal de Esposende, de 28 de fevereiro de 2023, apresentamos este voto de solidariedade para com o bravo povo da Ucrânia, volvido um ano desde a invasão bárbara de que foi alvo, cumprindo um minuto de silêncio em memória das vítimas da guerra.

Este voto de solidariedade, uma vez aprovado, deverá ser transmitido ao povo ucraniano, bem como do mesmo deverá ser dado conhecimento a todos os esposendenses.”

E prossigo com a minha intervenção política, renovando os cumprimentos apresentados.

Nesta primeira sessão do novo ano, começamos por apresentar os nossos cordiais cumprimentos a todos os autarcas aqui presentes, desejando um bom ano de mandato, na expectativa de que seja um ano profícuo para o desenvolvimento do nosso concelho.

No que respeita ao CDS, renovamos para 2023 o nosso compromisso de fiscalizar, de modo atento, a atividade da Câmara Municipal, sem prescindir de uma postura construtiva e de diálogo, a bem dos superiores interesses dos esposendenses.

Da parte da Câmara Municipal, desejamos para este ano uma disponibilidade sincera para cooperar com a oposição. Pensamos, de modo especial, no Orçamento e Plano de Atividades para 2024. Que este ano seja, efetivamente, cumprido o Estatuto da Oposição, e as propostas desses documentos possam ser remetidas à oposição para análise e sugestão de medidas, ao invés do que tem sido o paradigma até hoje. Estaremos atentos e pedimos igual atenção ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal.

Ao grupo municipal do PS, fazemos votos para que em 2023 regressem à mesa da Comissão Permanente. O PS é um partido institucional, que soube sempre estar acima das divergências. Figuras bastante respeitáveis como Mário Soares, Jorge Sampaio ou António Guterres enobreceram as instituições que serviram precisamente porque souberam ser superiores às controvérsias e divisões. Registamos com pena que o PS Esposende esteja fora desse tom, com a sua ausência na comissão permanente.

Prosseguindo,

Senhor Presidente da Câmara,

Da Praça D. Frei Bartolomeu dos Mártires: não é aceitável que aquela praça, recentemente intervencionada, esteja com falta de iluminação à noite. Os moradores e comerciantes, muito justamente, já apresentaram o devido protesto, que, nesta assembleia, reiteramos. Apelamos à Câmara para que tome as devidas providências visando a rápida resolução deste problema, que é indigno para a nossa cidade.

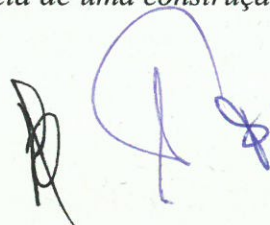
Senhor Presidente da Câmara,

Do Largo Rodrigues Sampaio: Em Dezembro último, o Município noticiava que a requalificação consubstanciava um investimento de cerca de 1 milhão e 250 mil euros, para poucas semanas depois lançar um procedimento de concurso público relativo à alteração do projeto de requalificação do Largo, no valor de 680.000,00 €. Ora, somado o valor da empreitada contratada e o preço base deste último procedimento, vamos já em quase 1 milhão e 600 mil euros.

Os esposendenses exigem uma explicação para a requalificação, subitamente, ter encarecido 345 mil euros. Este é um péssimo sinal para começo de ano.

Senhor Presidente da Câmara,

Muito recentemente, da sociedade civil esposendense, chegou a notícia de uma construção que está a ser edificada junto à foz do rio Neiva.



Esta notícia causa duas perplexidades:

- (i) Como é possível estar uma grua naquele local, quando o alvará da obra menciona apenas a autorização de obras de demolição? Gostaríamos de saber se esta situação foi já reportada aos serviços competentes e se alguma ação de fiscalização ao local foi desencadeada.*
- (ii) Como é possível a Câmara ser permissiva com uma construção, assim o sugere a presença da grua, no mesmo local onde a Associação Rio Neiva não pode colocar um contentor amovível para apoio à atividade desportiva?*

Senhor Presidente da Câmara,

À boleia do apoio atribuído recentemente à Juventude Unida das Marinhas, gostaríamos de destacar que dois apoios que se mostram necessários, por parte do Município, para aquela distinta instituição do nosso concelho. Referimo-nos, por um lado, à pavimentação do parque de estacionamento da JUM, e, por outro lado, à criação da ligação da JUM à Avenida João Paulo II, obra prometida há bastante tempo e que poderá ficar comprometida face às construções em curso e outras projetadas para aquela zona.

Senhor Presidente da Câmara,

Sobre a trágica derrocada ocorrida em Palmeira de Faro no final do ano passado, pedimos os seguintes esclarecimentos:

- (i) Na última sessão da assembleia municipal, o Senhor Presidente referiu que houve um desaterro nos lotes 7 e 8, feito à revelia da Câmara. A esse propósito, pode confirmar se:*
 - a Câmara, em devido tempo, recebeu queixas desse desaterro?*
 - a Câmara procedeu a alguma fiscalização, no seguimento das queixas recebidas?*
 - a Câmara levantou algum auto de contraordenação contra esses proprietários?*
- (ii) Na entrevista à RTP, no passado dia 17, o Senhor Presidente voltou a referir que as medidas de contenção necessárias para a famílias regressarem às suas habitações terão de ser suportadas pelas mesmas.*

Perguntamos se solicitou, ou se vai solicitar, algum parecer sobre o tema, pois antecipamos possível litigância nessa matéria.

Muito obrigado!"-----

Pelas 21 horas e 15 minutos, foi pelo Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, proposto, prorrogar o Período de Antes da Ordem do Dia, por mais 30 minutos. Colocada a votação, foi aprovada por unanimidade.-----

Por último interveio o Sr. Deputado Municipal, Tito Evangelista e Sá, do Grupo Político do PS, tendo feito a seguinte intervenção política:

"Eu não vou perder tempo a responder às provocações do líder do PSD sobre o casal dissidente, até porque tenho pouco tempo, e o pouco tempo tem que ser discutido com as questões do Concelho e do País.

Falou aqui o líder do grupo do PSD sobre questões importantes que estavam a ser feitas no

concelho, como o Parque da Cidade e a ponte em Gemeses. Em relação à ponte em Gemeses, é desconhecido o local, e que tipo de ponte será, foi dito que seria na Barca do Lago, se for, na nossa opinião é um erro, porque descaracteriza, porque prejudica a paisagem, porque não é o sítio mais indicado, e depois também, é preciso saber qual é a altura da ponte, para não inviabilizar uma futura navegabilidade do Cávado.

Estas coisas que são coisas fundamentais para o desenvolvimento do concelho de Esposende, o senhor Presidente da Câmara acorda um dia, e resolve dizer que vai fazer, como se fosse coisa sua, e como se o concelho não fosse dos esposendenses.

Eu gostava de referir ao senhor Presidente da Câmara, que o senhor Presidente da Câmara foi eleito com a maioria dos votantes, mas entre aqueles que não votaram PSD, mais aqueles que não votaram, é mais de 50% da população. Portanto, os votos no PSD, são menos de 50% dos esposendenses, convém não esquecer isso, quando resolve fazer coisas sem dar cavaco a ninguém, e não me estava a referir ao Silva.

O PSD está sempre preocupado em fazer oposição, que é uma coisa impressionante, no concelho de Esposende. É que, apesar de terem maioria absoluta, o objeto principal do PSD é fazer oposição à posição, que é uma coisa inédita.

Gostava de referir quanto à questão das medidas anunciadas pelo governo para a habitação, que, são ainda medidas que anunciam intenções e estão em debate público. Qualquer pessoa que aqui está, se quiser, pode, dentro das suas competências, inclusivamente a Câmara Municipal, fazer sugestões para as medidas que vão ser aprovadas, não é um programa fechado, não está nada decidido.

Mas há uma coisa que é verdade, é que o senhor Presidente da Câmara desde que o é, não construiu uma única casa para habitação social em Esposende, uma única. Aliás, existe uma política em Esposende, desta maioria que é, não criar casas a preços acessíveis, e os preços que são proibitivos em termos de arrendamento em Esposende, fazem com que os pobres saiam deste concelho e vão morar para concelhos vizinhos, que é uma medida política e eleitoral, que é afastar os pobres do concelho de Esposende. Fazer uma espécie de afastamento de quem não interessa cá, porque não interessam os pobres e os votos dos pobres aqui no concelho de Esposende. E, portanto, como é que o PSD que não construiu uma casa, uma, para habitação social nos últimos três mandatos, tem a lata de vir aqui criticar um governo que quer construir casas no País? Que quer favorecer a construção de habitação e uma política de habitação neste concelho?

Era bom que cada um assumisse as suas responsabilidades, nomeadamente esta Câmara que recebe milhões de euros de IMI, de casas de segunda habitação, que tornam os preços dos terrenos especulativos, que afastam os locais de aqui residir, para favorecerem as pessoas de fora, com casas de férias. Inclusivamente com uma política que nós somos contrários, de ter taxas mínimas para casas de férias. Uma casa de férias não é uma casa de habitação própria e permanente, e com isso estão a afastar as pessoas daqui, nomeadamente os jovens, e as pessoas com mais dificuldades económicas. E, portanto, é absolutamente ridículo virem para cá com este tipo de observações.

O senhor deputado Morgado fez aqui uma quantidade de perguntas, ditadas pelo senhor Presidente da Câmara a ele próprio, porque quer aqui falar do assunto. Mais valia chegar aqui e dizer pela sua voz aquilo que disse para ele escrever, ou então ele vir cá e dizer, não é preciso estar a fazer este número, esta encenação "mise-en-scène", de andar a fazer de conta que têm questões a colocar. Também lhe digo uma coisa, se o vosso relacionamento é tão difícil que precisa de vir aqui perguntar-lhe as questões, então é verdade mesmo o que dizem,

que o Presidente da Câmara não atende ninguém, nunca está na Câmara, nem para os seus está disponível quanto mais para os outros. Então é verdade que ele não liga ao povo e não liga nada a ninguém.

Quanto ao senhor deputado Francisco Melo sobre a questão da Comissão Permanente, o senhor doutor sabe muito bem porque é que nós não vamos à Comissão Permanente. Nós não temos confiança na mesa, e só não propomos um voto de destituição da mesa, que achamos que não tem idoneidade para estar naquele lugar, pelas razões que são conhecidas, nomeadamente terem proibido que votássemos contra uma proposta, porque sabemos que o PSD não ia aprovar, e, portanto, não vale a pena estarmos aqui a perder tempo com essas questões. Portanto, são essas as verdadeiras questões.

Há aqui uma pergunta que eu queria colocar ao senhor Presidente, porque queixa-se que eu nunca lhe faço perguntas, hoje vou-lhe dar essa satisfação.

Eu fui a S. Paio de Antas, porque vi nas redes sociais um anúncio de uma casa que estava a ser construída e eu disse, não pode ser naquele sítio é mentira, depois do que aconteceu com a Rio Neiva isto só pode ser piada. Aliás, o Presidente da Junta de S. Paio e as pessoas de S. Paio, se fosse assim, já se tinham virado todas contra o PSD.

Vi lá um Aviso, um Alvará, que isto é, um sinal do que é esta câmara, e o que é esta maioria PSD, que diz assim: "A Câmara Municipal de Esposende, emitiu em 18 de fevereiro de 2022, alvará de obras de demolição nº 40/21. Titular do alvará: Palaciano - Sociedade Imobiliária, Lda. Prédio descrito na conservatória sob o nº X, inscrito na matriz sob o artigo Y... As obras foram aprovadas por Despacho do Vereador da Câmara Municipal em 09 de janeiro de 2017."

Então um processo de 2021, já tinha despacho em 2017?

E depois diz que é uma obra de demolição, e tudo o que se vê lá são elementos para construção? Aliás diz em baixo que a área total de construção são 356,20 metros, 2 pisos acima da cota da soleira.

Então um alvará de demolição para uma obra de construção, com um despacho de 2017, num processo de 2021, com um alvará de 2022, isto é uma grandíssima confusão.

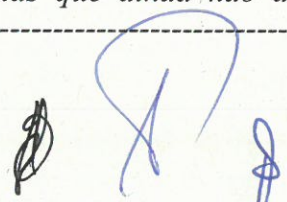
Isto é um exemplo do que é a Câmara de Esposende, é uma bandalheira absoluta e uma construção em cima do rio.

Passava agora a ler as Recomendações:

5 - RECOMENDAÇÃO À CÂMARA MUNICIPAL PARA QUE, NO PRAZO MÁXIMO DE SEIS MESES APRESENTE À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PROPOSTAS DE POSTURAS DE TRÂNSITO PARA TODAS AS FREGUESIAS QUE AINDA NÃO AS POSSUEM.-----

"Considerando que várias freguesias do concelho não possuem postura de trânsito; Considerando que a inexistência de postura de trânsito é potencialmente geradora de acidentes, e de problemas sérios, uma vez que todos os sinais de trânsito existentes nessas freguesias sem postura não passam de elementos decorativos, que induzem em erro os condutores, e peões, pois se houver algum acidente esses sinais de nada valem.

Recomendamos que a Câmara, no prazo máximo de seis meses apresente à Assembleia Municipal propostas de posturas de trânsito para todas as freguesias que ainda não as possuem."-----



6 - RECOMENDAÇÃO À CÂMARA MUNICIPAL PARA QUE, NO PRAZO MÁXIMO DE TRINTA DIAS PUBLIQUE NO SÍTIO DO MUNICÍPIO NA INTERNET, E ATRAVÉS DE AFIXAÇÃO EM PAPEL NO ÁTRIO DOS PAÇOS DO CONCELHO, TODOS OS AJUSTES DIRETOS REALIZADOS DESDE 1 DE OUTUBRO DE 2013 ATÉ À DATA DE PUBLICAÇÃO DA LISTAGEM, COM IDENTIFICAÇÃO DO TRABALHO, DO ADJUDICATÁRIO, DO VALOR DO CONTRATO E DO PRAZO DE EXECUÇÃO.-----

“Considerando que o executivo municipal está "viciado" em ajustes diretos.

Considerando que o princípio da transparência na atuação da Administração Pública Municipal impõe o escrutínio dos atos praticados pelo executivo, não só pelos órgãos eleitos, mas por todos os cidadãos.

Considerando o elevadíssimo número de ajustes diretos, muitos deles sem necessidade de realização dos mesmos.

Recomendamos que a Câmara, no prazo máximo de trinta dias publique no sítio do município na internet, e através de afixação em papel no átrio dos Paços do Concelho, todos os ajustes diretos realizados desde 1 de outubro de 2013 até à data de publicação da listagem, com identificação do trabalho, do adjudicatário, do valor do contrato e do prazo de execução.”---

7 - RECOMENDAÇÃO À MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA QUE, A PRÓXIMA SESSÃO DA AM SEJA JÁ TRANSMITIDA EM DIRETO ATRAVÉS DA INTERNET, NEM QUE SEJA COM UMA CÂMARA FIXA DIRIGIDA AO PALCO ONDE SÃO PROFERIDAS AS INTERVENÇÕES, PARA NÃO HAVER DESCULPAS COM A LEI DE PROTEÇÃO DE DADOS.-----

“Considerando a necessidade de informação da população sobre o que se passa nas Assembleias Municipais;

Considerando a necessidade de envolvimento das populações nos assuntos que lhes dizem respeito;

Considerando que a generalidade da população não sabe o que se passa nas sessões da Assembleia Municipal,

Recomendamos à Mesa da Assembleia Municipal que a próxima sessão da AM seja já transmitida em direto através da internet, nem que seja com uma câmara dirigida ao palco onde são proferidas as intervenções, para não haver desculpas com a lei de proteção de dados.”-----

De seguida, pelas 21 horas e 25 minutos pelo Senhor Presidente da Mesa foi proposto suspender os trabalhos por 5 minutos para conferência de líderes, a fim de discutirem os votos, as moções e recomendações apresentadas.-----

Pelas 21 horas e 30 minutos foram retomados os trabalhos, tendo-se procedido à votação dos votos, das moções e recomendações apresentadas, tendo-se obtido as seguintes votações:

1 - VOTO DE SOLIDARIEDADE PARA COM O POVO TURCO E SÍRIO.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 26 VOTOS A

FAVOR DOS DEPUTADOS DOS GRUPOS POLÍTICOS DO PPD/PSD, DO CDS-PP, DE TODOS OS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS E DOS DEPUTADOS INDEPENDENTES, E 4 ABSTENÇÕES DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PS, APROVAR UM VOTO DE SOLIDARIEDADE PARA COM O POVO TURCO E SÍRIO, SUBSCRITO PELO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD E DO CDS-PP E, ASSIM, DAR CONHECIMENTO DESTA DELIBERAÇÃO POR ESCRITO, ÀS RESPECTIVAS EMBAIXADAS EM PORTUGAL.-----

Pelo Grupo Político do PS foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

“Abstemo-nos, não por não estarmos solidários com o povo turco e sírio, mas pela forma como está redigido o voto de solidariedade. É que diz expressamente que é um momento de grande consternação, pelo que os membros do PSD desta assembleia, associam-se ao povo turco e sírio, não diz que são os membros desta assembleia, são os membros do PSD. Ora, os membros do PSD certamente têm consternação, como têm os do CDS, como têm os do PS, como têm todos os outros. A forma como está redigido este voto de solidariedade, exclui todos os outros membros da Assembleia que não os do PSD, e, por isso, abstemo-nos.”-----

2 - VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE LUÍS GOMES VIANA.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 26 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DOS GRUPOS POLÍTICOS DO PPD/PSD, DO CDS-PP, DE TODOS OS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS E DOS DEPUTADOS INDEPENDENTES, E 4 ABSTENÇÕES DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PS, APROVAR UM VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE LUÍS GOMES VIANA, SUBSCRITO PELO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD E DO CDS-PP.-----

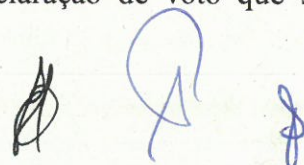
MAIS DELIBEROU DAR CONHECIMENTO FORMAL DESTES VOTOS DE PESAR, APRESENTANDO AS MAIS SENTIDAS CONDOLÊNCIAS À DIGNÍSSIMA FAMÍLIA.---

Pelo Grupo Político do PS foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

“Abstemo-nos igualmente pelas razões substanciais que já falamos antes.

Nós todos temos pesar pela morte do Luís Viana, e eu pessoalmente até tenho bastante, que era uma pessoa que era minha amiga, mas dizer neste voto de pesar, que neste momento de dor, os membros desta Assembleia Municipal das bancadas políticas do PSD, que acrescentaram depois também do CDS, associam-se à família e amigos de Luís Gomes Viana, excluindo todos os outros membros desta assembleia, é redutora e, portanto, nós não podemos votar a dor dos outros, nós podemos votar o nosso pesar e a nossa dor, não podemos votar as dores dos outros. A forma capciosa como estão redigidos estes votos, que é completamente contrária aquilo que era tradição dos votos de pesar, não só do PSD, como de todos os outros partidos ao longo de muitos anos nesta assembleia, esta forma capciosa de excluir os outros e reduzir ao PSD o pesar, e neste caso ao CDS por apêndice, parece-nos abusivo e, portanto, nós não podemos votar a favor.”-----

Pela Deputada Independente Anabela Solinho, foi apresentada declaração de voto que se transcreve:



“Voto a favor porquanto o Sr. Luís Viana foi um cidadão com grande intervenção política no concelho e a nível nacional, lutando sempre em prol das necessidades do povo. Foi pessoa com quem a minha família privou e por quem todos devemos respeito dadas as suas funções sempre exercidas com interesse coletivo.”-----

3 - MOÇÃO “PELO RESTABELECIMENTO DO ATENDIMENTO PRESENCIAL AO PÚBLICO NOS SERVIÇOS DA REPARTIÇÃO DE FINANÇAS DE ESPOSENDE.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A MOÇÃO APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD E, ASSIM, EXIGIR QUE A REPARTIÇÃO DE FINANÇAS DE ESPOSENDE PROCEDA AO ATENDIMENTO PRESENCIAL DOS CONTRIBUINTES E UTENTES SEM NECESSIDADE DE MARCAÇÃO PRÉVIA.-----

MAIS DELIBEROU, QUE SEJA REMETIDA A PRESENTE DELIBERAÇÃO A TODAS AS ENTIDADES LEGAIS COM COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADE PELO FUNCIONAMENTO DESTA REPARTIÇÃO, NOMEADAMENTE, À DIRECÇÃO DE FINANÇAS DE BRAGA E AO MINISTÉRIO DAS FINANÇAS.-----

4 - VOTO DE SOLIDARIEDADE PARA COM O POVO UCRANIANO.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR UM VOTO DE SOLIDARIEDADE PARA COM O POVO UCRANIANO, SUBSCRITO PELO GRUPO POLÍTICO DO CDS-PP E DO PPD/PSD E, ASSIM, DAR CONHECIMENTO DESTA DELIBERAÇÃO AO POVO UCRANIANO, BEM COMO A TODOS OS ESPOSENDENSES.-----

CUMPRIU AINDA, UM MINUTO DE SILÊNCIO EM MEMÓRIA DAS VÍTIMAS DA GUERRA.-----

Pelo Grupo Político do PS foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

“Votamos a favor, por razões óbvias, mas gostávamos de sinalizar que em abril do ano passado, apresentarmos uma proposta nesta assembleia, para que fosse atribuído o nome de uma rua ou de uma praça, ao Presidente Zelensky da Ucrânia, pela inspiração que ele era para as democracias e para o seu próprio povo, na resistência do seu povo. Nessa altura fomos apelidados de oportunistas, agora é oportuno. Quer dizer, as coisas mudam consoante quem as apresenta. Se é do PS é oportunista, se é do CDS, que é oposição de colo do PSD, como foi dito pelo senhor líder do PSD na sua intervenção inicial, então já é oportuna. Claro que estamos a favor do glorioso povo ucraniano, mas não deixamos de sinalizar esse critério entre oportuno e oportunista.”-----

5 - RECOMENDAÇÃO À CÂMARA MUNICIPAL PARA QUE, NO PRAZO MÁXIMO DE SEIS MESES APRESENTE À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PROPOSTAS DE POSTURAS DE TRÂNSITO PARA TODAS AS FREGUESIAS QUE AINDA NÃO AS POSSUEM.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 22 VOTOS CONTRA

DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD E DE TODOS OS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS, 2 ABSTENÇÕES DOS DEPUTADOS INDEPENDENTES, E 6 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DOS GRUPOS POLÍTICOS DO PS E DO CDS-PP, REJEITAR A RECOMENDAÇÃO APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO DO PS.-----

Pelo Grupo Político do PPD-PSD foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

“Votamos contra uma vez que essas posturas já existem na maioria das freguesias. Acontece é que à medida que vão sendo criadas novas ruas, essas posturas têm de ser atualizadas. E só não estão todas concluídas porque os serviços do município não o conseguem fazer em menos tempo porque são processos demorados que envolvem as diferentes freguesias. Por esse motivo votamos contra.”-----

Pela Deputada Independente Anabela Solinho, foi apresentada declaração de voto que se transcreve:

“Abstenho-me uma vez que sei que a postura de trânsito é um processo já a decorrer em todas as freguesias. E como se verifica, temos em ponto de ordem Gemeses e já por cá passaram, em Assembleia, os processos de Apúlia e de Fão.”-----

6 - RECOMENDAÇÃO À CÂMARA MUNICIPAL PARA QUE, NO PRAZO MÁXIMO DE TRINTA DIAS PUBLIQUE NO SÍTIO DO MUNICÍPIO NA INTERNET, E ATRAVÉS DE AFIXAÇÃO EM PAPEL NO ÁTRIO DOS PAÇOS DO CONCELHO, TODOS OS AJUSTES DIRETOS REALIZADOS DESDE 1 DE OUTUBRO DE 2013 ATÉ À DATA DE PUBLICAÇÃO DA LISTAGEM, COM IDENTIFICAÇÃO DO TRABALHO, DO ADJUDICATÁRIO, DO VALOR DO CONTRATO E DO PRAZO DE EXECUÇÃO.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 24 VOTOS CONTRA DOS DEPUTADOS DOS GRUPOS POLÍTICOS DO PPD/PSD, DO CDS-PP E DE TODOS OS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS, 1 ABSTENÇÃO DA DEPUTADA INDEPENDENTE ANABELA SOLINHO, E 5 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PS E DO DEPUTADO INDEPENDENTE MARCELINO CUNHA, REJEITAR A RECOMENDAÇÃO APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO DO PS.-----

Pelo Grupo Político do PPD-PSD foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

“Votamos contra porque os procedimentos de ajustes diretos estão previstos no código da contratação pública e não são ilegais. Caso o PS tenha dúvidas sobre os processos de ajustes diretos, pode sempre consultar esses processos na Câmara Municipal.”-----

Pelo Grupo Político do CDS-PP foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

“O grupo municipal do CDS vota contra esta recomendação do PS, uma vez que não pode acompanhar os considerandos que são aqui vertidos. Se ainda há pouco o líder municipal do PS, não acompanhou os votos de solidariedade, ou o voto de pesar, por força de uma expressão que constava no seu considerando, da mesma forma não pode exigir, que, os demais partidos possam acompanhar, quando aqui refere que, “o executivo está viciado em ajustes

diretos”, com que base, ou quando refere, “o elevadíssimo número de ajustes diretos, muitos deles sem necessidade de realização dos mesmos”, também com que base?

Somos a favor da transparência, com certeza que sim, o executivo pode e deve publicar tudo o que sejam procedimentos de contratação pública, mas só com esse conhecimento é que podemos fazer depois, essa valoração e não antes, que é aquilo que o PS propõe.”-----

7 - RECOMENDAÇÃO À MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA QUE, A PRÓXIMA SESSÃO DA AM SEJA JÁ TRANSMITIDA EM DIRETO ATRAVÉS DA INTERNET, NEM QUE SEJA COM UMA CÂMARA FIXA DIRIGIDA AO PALCO ONDE SÃO PROFERIDAS AS INTERVENÇÕES, PARA NÃO HAVER DESCULPAS COM A LEI DE PROTEÇÃO DE DADOS.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 24 VOTOS CONTRA DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD, DE TODOS OS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS, DO DEPUTADO FRANCISCO MELO DO CDS-PP E DO DEPUTADO INDEPENDENTE MARCELINO CUNHA, E 6 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PS, DA DEPUTADA INDEPENDENTE ANABELA SOLINHO E DO DEPUTADO MANUEL GAIFEM DO CDS-PP, REJEITAR A RECOMENDAÇÃO APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO DO PS.

Pelo Grupo Político do PPD-PSD foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

“Votamos contra pelo facto de ter sido agora constituída uma comissão que irá redigir o Regulamento para a transmissão das Assembleias.

Referir apenas que se o PS participasse nas reuniões da Comissão permanente saberia que só após a criação do Regulamento poderão acontecer as gravações.”-----

Pela Deputada Independente Anabela Solinho, foi apresentada declaração de voto que se transcreve:

“Voto a favor. Os munícipes de Esposende podem contar comigo como interlocutora dos seus anseios e preocupações.”-----

Pelo Grupo Político do CDS-PP foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

“Correndo o risco de novamente ser chamado de apêndice pelo doutor Tito, mas não posso deixar de acompanhar aquilo que o líder do PSD disse, esta recomendação está eivada de hipocrisia, pois o PS tem um local próprio onde podia fazer a mesma, a Comissão Permanente, de que, aqui, há instantes disse não mais ter intenções de colocar o pé.

Conforme referi na nossa intervenção, lamentamos que, ao PS de Esposende falte institucionalidade, própria do PS, e que fez do PS, e faz do PS um grande partido, os casos que eu citei de António Guterres, de Jorge Sampaio, de Mário Soares e tantos outros, que souberam sempre estar acima das divergências. Infelizmente não é o caso, o doutor Tito não sendo socialista de berço, mas podia seguir pelo menos essa toada.”-----

Pediu a palavra o Deputado Municipal Tito Evangelista para defesa da honra, tendo referido:

“Senhor doutor Francisco Melo, eu só gostava de dizer o seguinte, quando eu nasci, em

Portugal existia o Estado Novo, ninguém era fascista de berço e é muito mais importante ser socialista por consciência, do que ser outra coisa qualquer só porque sim. Eu sou socialista por consciência e convicção e não admito ao senhor doutor Francisco Melo, nem a título de laracha, que ponha em causa as minhas razões. Portanto, se existe em Portugal liberdade, é liberdade como disse o doutor Mário Soares que ainda há pouco invocou, que "só os burros não mudam de ideias". E, portanto, se só os burros não mudam de ideias, eu que não me considero burro, considero-me um ser humano, tenho todo o direito de ser o que entendo, e o senhor doutor Francisco Melo, disse há bocado qualquer coisa que eu nem percebi no início da intervenção, sabe muito bem porque é que eu não vou às reuniões da comissão permanente, e sabe muito bem qual é o tipo de relação institucional que existe com a Mesa. E se o senhor doutor Francisco Melo tivesse um comportamento que eu achava que era democrata, no dia que nós abandonamos esta sessão, o senhor tinha feito o mesmo."-----

INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL: _____

Terminadas as votações dos votos, das moções e das recomendações apresentadas, o Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, para responder às questões colocadas pelos senhores deputados municipais e também para a sua intervenção política, uma vez que, não havia pedidos de esclarecimento relativamente à Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara.-----

Pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, foi dito o seguinte:

*"Senhor Presidente da Assembleia,
Restante Mesa,
Senhores Vereadores,
Senhores Deputados Municipais,
Senhores Presidentes de Junta,
Público presente,
Minhas Senhoras e meus Senhores,*

De forma muito breve, respondendo às questões que me foram colocadas, quanto às questões levantadas pelo senhor Deputado António Morgado, a primeira tem a ver com o Centro de Saúde de Apúlia, efetivamente nós ainda não fomos até hoje informados dos resultados dos supostos testes levados a cabo no espaço do centro de saúde de Apúlia. Testes estes que teriam sido pedidos pela autoridade de saúde, e que levaram ao encerramento desta unidade. Toda a gente sabe que, de imediato o Município e a Junta de Freguesia se uniram, no sentido de encontrar instalações provisórias, que de uma certa forma não obrigassem a que a população de Apúlia tivesse que se deslocar até ao centro de saúde de Fão. Essas instalações foram verificadas por uma comissão e, entenderam que não teriam as condições adequadas, sendo certo que, lá funcionaram serviços da Cruz Vermelha durante anos a fio, e não há registo de nenhum tipo de problema. Mas enfim, são os rigores que são levados a cabo em determinadas circunstâncias e, que nós, entendemos que devia haver algum bom senso, face também à situação que ocorreu, por ter sido inesperada, vamos dizer assim. De qualquer modo, o Município apesar de lamentar este posicionamento, e no fundo aqui o ACES tem uma

responsabilidade enorme em toda esta situação; entenda-se que a gestão do centro de saúde não é do Município, nem da Junta de Freguesia, é da parte do ACES, neste caso Cávado III - Barcelos/Esposende e, o Município está a tentar resolver o problema. Como é que está a tentar resolver o problema? Desenvolvendo um projeto e levando a cabo uma intervenção no sentido de requalificar rapidamente as instalações existentes em Apúlia, no sentido de fazer regressar aí, todos os serviços que lá estavam o mais rapidamente possível e, no fundo, eliminando este constrangimento causado à população de Apúlia, e causado pelo ACES, não há outra forma de o dizer e, por uma atitude que entendemos que talvez tenha sido um bocado exagerada, por parte da própria autoridade de saúde.

Dizer desde já, nós contratamos uma equipa projetista, está a ser desenvolvido o projeto neste momento e só depois desse projeto de execução ser apresentado, poderemos lançar no fundo a empreitada. Admitindo que possa haver aqui um funcionamento do PRR, que garantido para esta intervenção, virá, no fundo, através da transferência de competências para o Município.

Quanto à segunda questão levantada do Complexo de Fão, este assunto já foi por demais debatido nesta Assembleia, aliás, é um assunto com mais de 20 anos, toda a gente sabe a situação difícil a que chegou o Fão, é verdade que em 2018 conseguimos chegar a um acordo entre o Sporting Clube de Braga, o Fão e o Município, no sentido de encontrar uma solução para o pagamento das dívidas, é mesmo assim, e, ao mesmo tempo, para um investimento bastante significativo que, será do maior interesse do Município de Esposende, e nomeadamente da população de Fão.

A verdade é que, de lá até hoje, ficamos com a incumbência de resolver o problema do licenciamento daquele Complexo, ele efetivamente está na eminência de ficar concluído, pela primeira vez, teve um projeto de arquitetura aprovado, está neste momento a aguardar a assinatura de um documento de entrada, para a parte das especialidades, e será um licenciamento quase automático, face aquilo que está previsto na lei, quanto à entrega das especialidades. Tendo a autorização de utilização, fica-se em condições de ser feita a escritura desse imóvel. Entretanto, o que aconteceu é que um dos credores, pelo tempo que entretanto decorreu, resolveu avançar com a execução e criou uma situação inesperada e, até ao dia 14 de março está em leilão todo o Complexo de Fão, por um valor mínimo de cerca de um milhão, trezentos e cinquenta mil euros e um valor apontado de um milhão e seiscentos, mas com o valor mínimo de um milhão, trezentos e cinquenta mil euros sensivelmente e, portanto, há aqui um problema gravíssimo para resolver, é preciso satisfazer este credor, que acabam por ser dois, entretanto apareceu um outro também, a exigir uma parte do valor, no sentido de se retirar este imóvel do leilão, para que se possam cumprir todas aquelas prerrogativas que estão estabelecidas no acordo assinado, e que foi publicitado em novembro de 2018, salvo erro. Portanto, é uma situação complexa, difícil, terá que ter uma solução muito rápida, entendemos que o acordo que foi firmado é bastante vantajoso, porque de uma certa forma liberta o Fão dos encargos que tem e, portanto, de uma insolvência mais do que certa e permitirá que o clube, que é o clube mais antigo do concelho, possa continuar a existir, cria a oportunidade do relacionamento com um dos maiores clubes portugueses, ao mesmo tempo garante que o clube, estou a citar um pouco, situações que estão previstas no acordo, possa continuar durante 15 anos a utilizar aquelas instalações, se no final desses 15 anos esse relacionamento com o Sporting Clube de Braga, se tiver que se resolver, vamos dizer assim, há uma indemnização que terá que ser paga ao Município, tendo este a incumbência de encontrar um novo local para que o Fão continue a sua prática desportiva. Ou seja, de uma certa forma, liberta-se o Fão das dívidas, garante-se a continuidade do clube e, ainda



conseguimos garantir um investimento bastante significativo do Braga, num futuro Complexo Desportivo que pretendem desenvolver como Centro de Estágio, e, dizendo desde logo, que já decorrem os jogos dos sub-23, os jogos da equipa feminina do Sporting Clube de Braga, com transmissões televisivas a partir daquele complexo, portanto, em termos de promoção do próprio território, em termos de investimento, é uma oportunidade que não deverá ser perdida. De qualquer modo, estamos a aguardar com serenidade, que da parte de quem representa neste momento o Fão, possa ser assinado esse documento, possa ser submetido à Câmara Municipal e, se possa encontrar uma solução para pagar aos credores o mais rapidamente possível. Sendo certo que essa responsabilidade e volto a frisar, não é do Município, terá o Fão que encontrar essa solução.

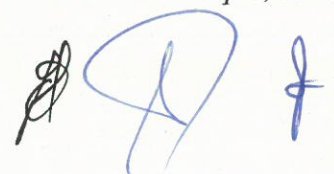
Quanto ao senhor Deputado Independente Marcelino Cunha, enquanto continuar com esse tipo de postura e com acusações gratuitas, não lhe responderei absolutamente nada.

Quanto à senhora Deputada Independente Anabela Solinho, as duas primeiras questões penso que já respondi, que eram as que iria colocar, quanto ao estacionamento tem toda a razão, é uma preocupação nossa, e não é só em Esposende, mas também aos fins de semana na zona de Ofir e Apúlia têm problemas gravíssimos de estacionamento. Nós estamos a desenvolver neste momento um projeto para regularmos o estacionamento nessas zonas, nas zonas balneares, pretendemos ter durante o verão algum transporte público, para obstar a que as pessoas tenham que se deslocar para essas zonas apenas com a sua viatura. Claro que, encontrar formas de mobilidade suave para as pessoas chegarem a esses locais também é aconselhável, e estou a falar das ciclovias, das ecovias, para que as pessoas possam chegar de bicicleta ou a pé e promover o Bike Sharing também, que é importante para que as pessoas possam, mesmo não trazendo a sua bicicleta para Esposende, ou para Fão, ou para Apúlia, passam alugar a sua bicicleta e andar com ela.

De resto, estamos a estudar toda uma componente de estacionamento, a nossa política nunca foi de colocar estacionamento a pagar, no entanto, são os próprios comerciantes neste momento que nos solicitam que coloquemos algumas das zonas a pagar, para haver rotatividade de estacionamento.

Uma coisa é certa, as pessoas chegam de manhã para o seu trabalho, deixam ficar o carro o dia todo, não pagam nada, e as pessoas que querem ir ao comércio, acabam por não o conseguir fazer, ou ter que deixar a viatura mais longe. Teremos que encontrar aqui uma solução para isto, que entendemos que não será penalizadora para ninguém, na certeza de que precisamos dessa regulação do estacionamento, porque a situação está a tornar-se verdadeiramente insustentável, face à dinâmica imposta nestas zonas que acabei de referir.

Quanto ao alojamento local, a posição foi muito bem explicitada pelo grupo político do PSD, efetivamente, é isso que nós pensamos, eu acho é que, isto foi lançado para a opinião pública, num momento completamente impróprio, e não tenho qualquer dúvida que isto foi feito apenas como um ato dilatório, para fazer esquecer alguns dos escândalos que estão a surgir em volta do Governo, e, de facto, começarmos todos discutir a propriedade privada, e verdadeiros atentados à nossa Constituição, que, eu acho que até o próprio Partido Socialista sabe que isso jamais passará e será considerado inconstitucional, mas no entanto, andamos todos a discutir isso e a esquecermo-nos dos graves problemas ocorridos na TAP, para além do vergonhoso financiamento da TAP, aqueles apoios que têm sido dados a quem passa por lá, e claro que, havia uma necessidade de intoxicar a opinião pública com uma matéria que, como é



evidente, é um mero powerpoint que está em discussão, não estamos a falar de um documento verdadeiramente sustentado, e é muito bonito dizer que isto é uma atitude democrática, para que todos se pronunciem, mas acho que, o forçar o arrendamento, não sei se na Coreia do Norte terão coragem para fazer isso, talvez lá, mas equiparar-nos à Coreia do Norte, não me parece uma boa comparação. E acredite que quando penso nisto, se levarmos isto muito a sério, e pensarmos no esforço das pessoas que trabalham para ter os seus imóveis, nos imigrantes, todas as pessoas que no fundo trabalharam para ter algum património, isto é uma atitude completamente absurda, e que não tem qualquer cabimento. E, acabar com o alojamento local, isso seria completamente inaceitável, porque é preciso perceber que, mais uma vez o Governo olha para o Porto e para Lisboa, tem uma realidade muito própria nessas grandes cidades, de facto muita coisa foi transformada para alojamento local, face ao aumento do Turismo, dos visitantes do no nosso país, mas depois o resto do país não é Porto e Lisboa. Nós não estamos no Porto nem em Lisboa, e aqui nós temos falta de camas e, portanto, precisamos muito de alojamento para a dinamização do nosso território, e fazer estender esse tipo de políticas a todo lado, é errado. E já agora, estão a esquecer-se também de um pormenor muito importante, é que grande parte da Reabilitação Urbana que foi feita em Lisboa e Porto, deve-se exatamente a uma melhor rentabilização desses imóveis.

Se viessem impedir esse alojamento local, iam levar à falência centenas de milhares de famílias portuguesas que investiram nisso, pequenos empresários, para terem a sua vida e seriam levados à ruína que não conseguiam cumprir os seus compromissos, porque muita dessa gente endividou-se para fazer as obras, para poder tirar uma rentabilidade, não é tudo gente rica, como pensam os partidos de extrema esquerda, que é tudo gente rica e que vivem à conta dos rendimentos. Muitas das pessoas fizeram o seu exercício de engenharia financeira, para poderem atingir e chegar a esse investimento, mas tem que o pagar, é como a maior parte das vezes, para adquirirmos a própria habitação.

Portanto, isto para dizer que a Câmara Municipal, e já o dissemos em sede de reunião de Câmara, irá refletir sobre o documento, irá apresentar um documento com aquilo que pensa em relação às políticas de habitação que devem ser seguidas, e não tem nada a ver com aquilo que á apresentado como disse, uma medida meramente dilatória e para distrair o povo português, face aquilo que têm sido os inúmeros escândalos da governação socialista.

De resto, do senhor Deputado Tito Evangelista, quanto às questões da forma como nos comportamos em sede de maioria, eu diria que está exatamente a pensar no governo do Partido Socialista, porque se há atitude de governação arrogante, é aquela que é levada a cabo pelo governo, e não por este executivo, que tem práticas democráticas muito bem enraizadas, e que tem os seus resultados, não uma vez, não com maioria absoluta de vez em quando, mas com sucessivas maiorias absolutas.

De resto, quanto à casa, eu sabia que dá muito trabalho estar na oposição, é muito mais fácil seguir aquilo que vai na onda, e quando sai alguma coisa na imprensa, mesmo que seja dita por um comum cidadão, é o caso a trazer para a Assembleia, eu sugeria talvez um bocadinho mais de empenho, mais trabalho, para trazer coisas mais fundamentadas. É que, vir apenas com a espuma dos dias, daquilo que vai saindo na imprensa, é completamente absurdo.

Em primeiro lugar, deveria saber que a responsabilidade por preencher o cartaz que aparece nas obras não é da Câmara Municipal, nem dos fiscais da Câmara, é do proprietário do imóvel, ou do promotor, e, os dados por acaso que estão lá, até nem estão corretos, mas sabe muito bem, que se precisar de consultar o processo, tem acesso ao processo, e misturou para



aqui as datas todas, para confundir a nossa plateia.

O processo é de 2017, o alvará foi emitido em 2021 e, neste momento, a obra está a decorrer e muito bem, e já agora o alvará não é um alvará de demolição, é um alvará de demolição e construção, está aqui à minha frente.

Não pode assacar a responsabilidade por preencher um documento que é do dono da obra, como se a Câmara tivesse culpa disso.

O senhor não pode andar a enganar as pessoas que estão aqui a assistir a esta Assembleia, a dizer que é um alvará de demolição e estão lá a construir. O senhor também não disse que estão a construir porque havia lá uma casa e havia uma preexistência válida, e isso faz toda a diferença em relação à situação, por exemplo, da Associação Rio Neiva, onde não existia absolutamente nada.

Quanto às questões levantadas pelo senhor Deputado Francisco Melo, deixou-me aqui uma série de questões, a primeira tem a ver com a praça Dom Frei Bartolomeu dos Mártires e com a falta de iluminação. Como sabe aquela praça está a ser intervencionada no âmbito da obra do Largo Rodrigues Sampaio e, aquilo que nos chegou, foi que, ficaram de fazer a entrega durante a segunda quinzena de fevereiro, mas que durante a próxima semana a iluminação começará a ser colocada. Espero que assim seja, porque de facto a pergunta é tão pertinente e vem mesmo na altura em que já toda a gente percebeu que houve um novo impulso ali também na obra, a encomenda estaria feita há bastante tempo, esse material demorou muito a chegar, mas será colocado durante a próxima semana.

Quanto à questão da requalificação do Largo Rodrigues Sampaio, e do agravamento do custo da requalificação, a questão é que, o projeto estava desenvolvido há bastante tempo, houve inclusive uma contestação em tribunal na altura do concurso, portanto, desde 2019 fomos descobrindo que havia algumas coisas que podíamos melhorar em sede de projeto e, fizemos aquilo que tem que ser feito legalmente. Reduzir aos trabalhos que estavam no primeiro contrato, portanto, essas contas poderão não estar bem feitas, aquelas que fez, eu também não as tenho aqui à mão, mas há trabalhos a menos da empreitada inicial, e há trabalhos a mais que resultam deste novo procedimento que nós fizemos. Não é só uma direta de uma empreitada com outra, alguma dedução de trabalhos a menos também na empreitada inicial.

E estas alterações foram feitas no sentido de eliminar mais algumas barreiras arquitetónicas e melhorar a qualidade do projeto inicial. A obra está agora numa fase mais acelerada, dentro de poucos dias provavelmente vamos começar a ter limitações de passagem na rua principal, porque vai ter que ser no fundo desmantelada e voltar a reconstruir-se toda aquela zona, que ficará, diga-se desde já num plano sobrelevado, entrando com a Rua Conde Castro e com a Rua direita.

De resto, na foz do rio Neiva, já esclareci essa situação na resposta anterior, de qualquer maneira eu sugiro sempre a consulta do processo, não há nada melhor do que pedirem a consulta do processo, ele está à disposição dos senhores Deputados Municipais, podem consultar, ver o que é que aconteceu ao longo do processo, os pareceres, tudo direitinho e poderão depois, aqui na próxima assembleia, dizer algo sobre o assunto.

Quanto à questão da Juventude Unida de Marinhãs, ou da JUM, para se formalizar esse arruamento de que está a falar, é necessário um procedimento de permuta, e estamos no fundo ainda, a tentar regularizar a situação de um dos terrenos, para se poder efetuar essa permuta. Na sequência dessa permuta, e quando estivermos na posse do terreno, faremos essa mesma intervenção.

Quanto à derrocada em Palmeira de Faro, o que nós temos que fazer neste momento é aguardar pelas diligências do Ministério Público em relação à situação, e por aquilo que for o resultado do trabalho do LNEC – Laboratório Nacional de Engenharia Civil, como já foi explicado na Assembleia anterior.

De resto, nós não recebemos qualquer tipo de queixa, nem comunicação do desaterro que foi feito nos lotes 7 e 8. Nós só tivemos conhecimento disso há posterior, aliás, quando aconteceu o acidente é que acabamos por constatar que teria havido lá um desaterro.

O segundo ponto está prejudicado pelo primeiro, que acabei de explicar.

Quanto às medidas para poderem voltar, eu volto a referir, estamos a falar de propriedade privada, o Município não tem neste momento autonomia para entrar em propriedade privada e resolver o problema estrutural dos restantes lotes, e, naqueles onde houve os problemas, no 9 e no 10, nós nem sequer podemos lá tocar, porque está a ser objeto da tal investigação, por via do Ministério Público e do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, e portanto não podemos lá imiscuir-nos, nem nós, nem os proprietários, o que levanta aqui uma questão muito importante que tem a ver com o regresso das famílias às suas casas, algumas já puderam regressar, outras estão alojadas em instalações nossas, em apartamentos nossos e, muito honestamente, eu não vejo um fim próximo para esta situação. Porque é preciso que se esclareça a situação em tribunal, para que depois as pessoas possam ir lá retirar os escombros e poderem reabilitar e recuperar as suas casas, para regressarem ao local.

Portanto, é uma situação desagradável, o Município está a fazer tudo o que pode, mas também não pode permitir que as pessoas regressem ao local, colocando a sua vida em risco.

Muito obrigado!”-----

02 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.

De acordo com o número um do artigo quadragésimo terceiro do Regimento em vigor, o Presidente da Mesa declarou aberto o período de intervenção do público, tendo-se verificado as seguintes inscrições:

Sr. Jorge Carvalho, que em síntese disse:

“Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Esposende,

Srs. Secretários,

Sr. Presidente da Câmara Municipal de Esposende,

Srs. e Sras. Vereadoras,

Srs. Presidentes de Junta,

Srs. e Sras. Deputados Municipais,

Caríssimo público,

O meu nome é Jorge Carvalho e sou natural e residente na Freguesia de Barqueiros, Concelho de Barcelos.

Agradeço a oportunidade que me é dada, de me poder dirigir a este órgão mesmo não sendo munícipe deste Concelho. Por uma questão familiar e de amizade, sendo eu de Barqueiros, sinto que Esposende cidade e as suas freguesias de Apúlia, Fão, Fonte Boa e Esposende são também minha terra, onde também vivo, e tenho família e amigos.

O que me traz a esta Assembleia Municipal é um apelo ao seu Plenário, nomeadamente à sua

Comissão Permanente, mas também à Câmara Municipal aqui presente.

Este apelo prende-se com a problemática do aterro sanitário da RESULIMA em Paradela, no Concelho de Barcelos.

Como devem saber, desde que aquela unidade começou a laborar, tem sido um contante problema com o mau cheiro proveniente da mesma.

Sabemos, e eu próprio já senti, que esse odor chega a Apúlia com alguma frequência e apesar de eu mesmo, em conjunto com vários cidadãos de todas as Freguesias afetadas, Rates, Laúndos, Aguçadoura e Navais do Concelho da Póvoa de Varzim, Barqueiros, Paradela, Cristelo, Courel e Vilar de Figos do Concelho de Barcelos, Apúlia e Fão deste Concelho de Esposende, protelado para as autoridades regionais e nacionais, o mau cheiro não só tem aumentado de intensidade como perdura mais tempo.

Apesar de todas as garantias que a empresa RESULIMA diz cumprir e de todas as alterações que afirma ter realizado, não vejo que o problema esteja a desaparecer, bem pelo contrário.

Vem aí o verão, e com o aumento das temperaturas, a maior decomposição dos resíduos irá fazer, certamente, com que o mau cheiro se intensifique e alcance zonas que ainda não foram afetadas.

Desta forma, apelo a este Plenário e à Câmara Municipal de Esposende, que tem uma posição, embora minoritária, no conselho de administração da empresa RESULIMA, que nos ajude a resolver este problema.

Venho cá em meu nome pessoal, mas posso afirmar que eu, e muitos dos outros cidadãos que estamos empenhados, em resolver este problema, fazemo-lo, sem intuítos partidários e sem estar contra ninguém, apenas reclamámos o regresso do nosso bem-estar e sobretudo a responsabilidade pelo futuro dos nossos filhos e netos.

Não se esqueçam, contudo, que este aterro sanitário está dimensionado para uma década, embora seja assustadora a dimensão que um dos seus silos já apresenta e que me deixa perplexo se a capacidade vai mesmo durar 10 anos.

O próximo Município a receber uma destas unidades é Esposende, pelo que, espero, que nos anos de vida que possamos ter, não sejam ambientados por este perfume nauseabundo e pútrido.

O problema existe e sinto que é nossa, e de todos nós, a responsabilidade de o resolver.

Muito obrigado.

Ar limpo é saúde!" -----

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra ao segundo inscrito, Sr. Félix Marques, que em síntese disse:

"Exmo Sr. Presidente da Assembleia Municipal e restantes membros da Mesa,

Exmo Sr. Presidente da Câmara Municipal e restantes Vereadores,

Exmos Sr.s Presidentes de Junta,

Exmos Srs. Deputados Municipais,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Agradeço a oportunidade para intervir nesta assembleia na condição de habitante de Laúndos, uma freguesia vizinha ao Vosso Concelho.

O assunto que me traz aqui justifica-se pela dimensão do seu problema ambiental e de perda de qualidade de vida para os cidadãos. Estou a falar dos maus cheiros libertados pela Unidade de Tratamento de Resíduos Urbanos de Paradela, operada pela RESULIMA

Há mais de um ano que as populações do território urbano, rural e industrial onde vivem e trabalham mais de 11.000 pessoas dos concelhos de Barcelos, Esposende e Póvoa de Varzim estão a ser afetadas pelo mau cheiro do aterro de Paradela – e a palavra que melhor o define é “Fedor” – sem que haja fim à vista.

Até ao momento já foram realizadas quase uma centena de denúncias por munícipes, juntas de freguesia e pela Câmara Municipal da Póvoa de Varzim.

Para além do “Fedor”, temos também o problema dos acessos, que neste momento estão a ser realizados pelo interior das freguesias Barcelos mais próximas do aterro, destruindo arruamentos e provocando acidentes e o facto dos lixiviados do aterro estarem a ser tratados noutro lugar que não a ETAR que foi construída dentro das instalações da RESULIMA para esse fim. São vários os camiões-cisterna que são vistos a sair do Aterro com efluentes para serem tratados noutro lugar. Relembro que ao lado do Aterro existe uma linha de água que vai desaguar ao rio Cávado. Será importante haver monitorização dessa linha de água.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restantes membros deste plenário,

Este é um problema de TODOS! E quando falo que é de TODOS, não estou apenas a falar que é daqueles que vivem e trabalham perto do Aterro.

É de TODOS os elementos desta Assembleia, dos cidadãos de Esposende e de todas as freguesias do concelho que produzem resíduos, bem como dos restantes municípios que fazem parte do Vale do Lima e Baixo Cávado e que utilizam a RESULIMA para tratar os resíduos.

É um problema de mais de 300.000 pessoas e não de apenas 11.000!

O objetivo da minha intervenção é apenas um: fazer um apelo para que os elementos desta Assembleia se unam e que deem todo apoio ao Sr. Presidente da Câmara Municipal para que ele intervenha no conselho de Administração da RESULIMA, para que todos juntos possamos resolver um problema que é de TODOS!

Estamos convictos que para resolver o problema será necessário mais investimento na unidade de tratamento. E se a Câmara Esposende, juntamente com as Câmaras da RESULIMA, tiver de contribuir com mais recursos financeiros, isso significa que também os munícipes vão ter de contribuir um bocadinho mais do seu bolso para o tratamento dos resíduos. Se isso vier a acontecer, apelo que esta Assembleia assuma o problema de frente, e vote favoravelmente e unanimemente as medidas necessárias.

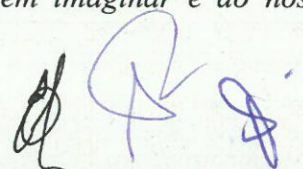
É assim que outros municípios deste país fazem para não ter problemas com os “Fedores” dos resíduos. Por exemplo, na LIPOR atualmente paga-se 64 € a tonelada e só não é mais caro porque ela já realiza uma grande recolha seletiva dos resíduos. Se os munícipes separarem mais, menos pagarão pelo tratamento dos resíduos na sua globalidade.

Se o “Fedor” terminar, garanto-vos que ficaremos em paz e TODOS serão vencedores sem haver perdedores em particular.

Obrigado pela atenção.”-----

De seguida o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que agradeceu as questões colocadas pelo público, tendo respondido, nos seguintes termos:

“Senhor Presidente, antes de mais queria agradecer a colaboração e a participação do senhor Jorge Carvalho e do senhor Félix Marques, o assunto como devem imaginar é do nosso



conhecimento, é do conhecimento geral da população e do executivo, nós temos uma participação na RESULIMA, eu penso que toda a gente sabe mais ou menos o que é que aconteceu ao longo dos últimos anos em relação ao tratamento de resíduos através da RESULIMA, portanto, nós estávamos no aterro de Vila Fria, em Viana do Castelo, entretanto, ele até perdurou muito mais tempo do que era suposto pendurar, e tornou-se necessário mudar para outro Município, foi difícil, eu recordo-me do processo, foi muito difícil encontrar uma Freguesia, um local, e estou a falar do concelho de Barcelos aqui ao lado, encontrarem uma localização, recordo-me que se chegou a ponderar Fragoso, chegou-se a ponderar a zona de Feitos, Palme também ao longo da estrada 103 e, depois, acabou por vir para Paradela, decisão do executivo anterior, mas do município de Barcelos, com a qual nós não tivemos qualquer tipo de participação. Portanto, foi a sugestão do Município de Barcelos que teria que ficar com esse aterro. E sim é verdade, que de seguida, daqui a uns anos quando estiver esgotada a capacidade do aterro de Paradela, é o Município Esposende que terá que encontrar uma solução para esse mesmo aterro.

Entretanto, estão estabelecidas metas europeias que temos que cumprir, temos todos em Portugal, e noutros países, mas em Portugal em concreto temos metas para cumprir e, isso levou a que houvesse a introdução de uma nova tecnologia, que é a TMB - Tratamento Mecânico e Biológico dos resíduos, na ideia de que esse tratamento mecânico e biológico, iria reduzir a deposição em aterro também, e, portanto, os aterros teriam mais durabilidade. Aliás, a tendência é para que seja cada vez mais cara a deposição em aterro, para desincentivar esse tipo de comportamentos das pessoas, para levar as pessoas a fazerem a separação, para que vão cada vez menos resíduos para aterro, por isso é que tem razão, a TGR - Taxa de Gestão de Resíduos, terá necessariamente que evoluir por aí acima e, é verdade que, nós na RESULIMA ainda somos daqueles que, eu vou dizer privilegiados, face à tarifa que está neste momento a ser praticada. Isso tem uma razão de ser, porque o sistema que nós tínhamos em Vila Fria já produzia energia, e essa produção de energia antes de haver a privatização da EGF, no fundo dava-nos uma verba substancial. Portanto, recordo-me que na altura, estamos a falar de qualquer coisa à volta de seis milhões de euros que tínhamos em caixa, vamos dizer assim, quando foi privatizado o sistema. Como tínhamos esse dinheiro em caixa, ele foi diluído na tarifa, ou seja, nós andamos a pagar menos, durante estes últimos anos, contando que tínhamos no fundo, esse ativo vamos dizer assim, junto da RESULIMA.

Aliás, chegamos a praticar tarifas completamente absurdas, de um euro e qualquer coisa, quando na realidade já se pagam sessenta e tal, setenta euros nos outros sistemas, no país.

Quando, antes da haver essa acumulação da despesa, já andava na ordem dos vinte euros a tonelada, estamos a falar de toneladas de deposição em aterro, só o que vai para o aterro. Neste momento a própria ERSAR, entidade reguladora, aponta para valores muito mais elevados, e nós sabemos que vamos ter um reajustamento em breve, nós estamos a lutar muito para isso, aliás é público, os municípios têm-se unido para isso, para tentarem acomodar no fundo desse reajustamento, sabendo nós, que mais tarde ou mais cedo, vai ser necessário. Mas isso também se deveu ao grande investimento que foi feito, nós temos que, de uma certa forma, amortizar o grande investimento que foi feito naquele local, com a construção daquela infraestrutura, mais o tal Tratamento Mecânico e Biológico, que é tudo mecanizado e, portanto, é uma coisa que foi de muitos milhões de euros de investimento.

Neste momento estamos a utilizar aquele sistema, quanto à questão dos cheiros, ela é de facto, muito preocupante e ninguém pode ficar indiferente a isso, e, portanto, eu queria dizer-vos aqui, frontalmente, que estamos solidários convosco, e que naquilo que é a nossa participação



na RESULIMA, aliás tem sido sempre uma preocupação, aquilo que nos tem sido dito, eles inicialmente não pensavam que isso viesse a acontecer, mas a realidade é que acontece. Terão contratado a Universidade de Aveiro para desenvolver um estudo do que é necessário fazer para evitar que esse cheiro perdure naquela zona, e, pelos vistos, a Universidade de Aveiro será uma entidade com capacidade para encontrar Soluções para esse problema, porque temos mesmo que encontrar soluções, porque eu não estou a ver muito honestamente e com total frontalidade, a possibilidade de deslocalização daquilo, dali, face aos volumes financeiros investidos. É preciso encontrar uma solução, para vocês recuperarem a vossa qualidade de vida, não tenho dúvida nenhuma sobre isso.

O que é que aí vai ter que ser feito, supostamente haverá uma reunião com as juntas de freguesia, no dia 8 de março, sei que entretanto chegou a licença da Comissão de Coordenação e tem lá uma anotação para em dois meses apresentarem soluções, para evitar esses cheiros, portanto, são dados que talvez vocês não tivessem ainda, mas eu posso-vos transmitir agora com total confiança, eles têm dois meses, já estarão a trabalhar nesse dossier e, dizem que, em princípio ao final de um mês já terão soluções para apresentar.

Eu confesso que não sei quais serão as soluções a adotar, mas sei que, o que lá está não pode continuar assim.

Nós não temos queixas diretas, eu pelo menos ainda não recebi nenhuma queixa direta da população de Esposende, mas admito que isso já possa estar a acontecer no nosso território, mas mesmo que não existisse em Esposende, nós estamos completamente solidários convosco, face aquilo que é, a nossa participação também nesse mesmo sistema.

Aquilo que eu vos posso dizer é que, como disse, estamos solidários, vamos tentar também influenciar o Conselho de Administração na sua totalidade, importa dizer que quem tem a maioria do capital não são os municípios, eles têm maioria, é assim que funciona, mas nós temos o poder de influenciar e de lutar pelo bem-estar das nossas populações. Portanto, a nossa intenção é que, independentemente dos valores que tenham que ser investidos para resolver o problema, e isso sim, refletir-se-á na TGR, é verdade, mas, independentemente disso, nós não vamos sacrificar as populações vizinhas, em prol de uma situação de benefício, eu penso que todos os munícipes do concelho de Esposende entenderão perfeitamente isso, e a nossa Assembleia certamente entenderá isso em tempo útil.

Portanto, espero que dentro de pouco tempo tenham novidades positivas para as vossas populações e continuem a vossa luta, até que esse assunto seja resolvido.”-----

Terminado este Período o Presidente da Mesa entrou de seguida no Período da Ordem do Dia.-

03 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA: _____

03.01 – ELEIÇÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE, NOS TERMOS DA AL. C) DO Nº 1 DO ARTIGO 26º DO ANEXO I À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.-----

Foi presente na sessão para deliberação, proposta do Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Esposende, com vista à eleição da Comissão Permanente da Assembleia Municipal, nos termos da alínea c) do nº 1 do artigo 26º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o nº 4 do artigo 23º do Regimento da Assembleia Municipal.-----

Colocado o assunto à discussão, não se verificaram intervenções.-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES, APROVAR A PROPOSTA APRESENTADA PELO SENHOR PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL E ASSIM ELEGER ATÉ À ALTERAÇÃO DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, A COMISSÃO PERMANENTE QUE, CONFORME DISPÕE O NÚMERO 4 DO ARTIGO 23º DO REGIMENTO, SEJA CONSTITUÍDA PELA MESA DA ASSEMBLEIA E PELOS PRESIDENTES DOS GRUPOS POLÍTICOS MUNICIPAIS.-----

Não participou na discussão e votação o senhor deputado municipal Manuel Francisco Vasco Gaifém, por não se encontrar presente na sala, no momento da votação do presente assunto.----

03.02 - DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E ENTIDADES INTERMUNICIPAIS, NO ÂMBITO DA LEI Nº 50/2018, DE 16 DE AGOSTO – AÇÃO SOCIAL.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 12 de janeiro de 2023, foi presente na sessão para aprovação, proposta no sentido de esta, considerar a data de 3 de abril de 2023, para a efetivação da transferência de competências para a autarquia, no domínio da ação social, conforme disposto no número 5 do artigo 24º do Decreto-Lei número 55/2020, de 12 de agosto, na redação dada pelo artigo 2º do Decreto-Lei número 87-B/2022, de 29 de dezembro. Fica arquivado original da mesma junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante.-----

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação da proposta.-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 25 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DOS GRUPOS POLÍTICOS DO PPD/PSD, DO CDS-PP, DOS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS E DO DEPUTADO INDEPENDENTE MARCELINO CUNHA, 4 VOTOS CONTRA DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PS E UMA ABSTENÇÃO DA DEPUTADA INDEPENDENTE ANABELA SOLINHO, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL NO SENTIDO DE CONSIDERAR A DATA DE 3 DE ABRIL DE 2023, PARA A EFETIVAÇÃO DA TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA A AUTARQUIA, NO DOMÍNIO DA AÇÃO SOCIAL, CONFORME DISPOSTO NO NÚMERO 5 DO ARTIGO 24º DO DECRETO-LEI NÚMERO 55/2020, DE 12 DE AGOSTO, NA REDAÇÃO DADA PELO ARTIGO 2º DO DECRETO-LEI NÚMERO 87-B/2022, DE 29 DE DEZEMBRO.-----



Pelo Grupo Político do PS foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

"Votamos contra, porque a Câmara, por um misto de incompetência, com guerrilha política contra o governo, anda a empurrar com a barriga a receção de competências da administração central para a autarquia.

O atraso na receção de competências tem prejudicado o município, e se a CME tivesse recebido há mais tempo competências que o governo quer transferir, situações como arranjos nas escolas e nos edifícios dos Centros de Saúde poderiam ter sido resolvidos pela câmara evitando-se, por exemplo, o encerramento do Centro de Saúde em Apúlia, que em última instância é também responsabilidade da câmara.

Há presidentes da câmara que passam a vida a pôr culpa na administração central pela não resolução de problemas, mas quando o Estado quer transferir-lhes competências para serem as autarquias a resolver esses assuntos, estas já não as querem, normalmente com o argumento estafado da falta de meios.

Ora para autarquias com tiques de "novo riquismo", que passam a vida em festas, com gastos "pornográficos" em despesas fúteis, certamente o dinheiro não seria problema, desde que houvesse real vontade em resolver necessidades prementes da população."-----

Pela Deputada Independente Anabela Solinho, foi apresentada declaração de voto que se transcreve:

"Abstenho-me uma vez que, sendo adepta de que deveria (a CME) receber as competências, já que as vai ter de assumir mais tarde ou mais cedo e, assim, estaria em fase experimental, abstenho-me atendendo à justificação de que houve atraso na formação dos agentes."-----

03.03 – APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA, NOS TERMOS DA ALÍNEA A) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DO ANEXO I À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 23 de fevereiro de 2023, foi presente na sessão, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I, à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, para aprovação, a Alteração Orçamental Modificativa, por incorporação do saldo de gerência, parte não consignada, no orçamento da receita: reforço – integração do Saldo de Gerência anterior de 8.004.779,71€, no orçamento da despesa: reforço - de 8.004.779,71€, por integração do valor Não Definido em Definido e por ajustamento de outras despesas do mapa de Grandes Opções do Plano (Plano de Atividades Municipais + Plano Plurianual de Investimentos). Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação da proposta.-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 23 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD, DE TODOS OS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS E DA DEPUTADA INDEPENDENTE ANABELA SOLINHO, 4 VOTOS CONTRA, DOS

DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PS E 3 ABSTENÇÕES DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO CDS-PP E DO DEPUTADO INDEPENDENTE MARCELINO CUNHA, APROVAR A ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA, POR INCORPORAÇÃO DO SALDO DE GERÊNCIA, PARTE NÃO CONSIGNADA, NO ORÇAMENTO DA RECEITA:
REFORÇO - INTEGRAÇÃO DO SALDO DE GERÊNCIA ANTERIOR DE 8.004.779,71€.
NO ORÇAMENTO DA DESPESA:
REFORÇO - DE 8.004.779,71€, POR INTEGRAÇÃO DO VALOR NÃO DEFINIDO EM DEFINIDO E POR AJUSTAMENTO DE OUTRAS DESPESAS DO MAPA DE GRANDES OPÇÕES DO PLANO (PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS + PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS).-----

Pelo Grupo Político do PS foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

“Votamos contra pelas seguintes razões fundamentais:

Todos os anos a Câmara, por esta altura, faz uma alteração ao orçamento incluindo os saldos transitados do ano passado.

O problema é que todos os anos, e neste, particularmente, o saldo é enorme, devido à incompetência da câmara.

De facto, o saldo que transita é o que resulta da previsão no ano anterior para investimentos que a câmara não executou, por incapacidade dos seus dirigentes, por incompetência, e não o fez em 2022 em milhões de euros.

Ano, após ano, os orçamentos camarários são engordados por verbas não executadas, àquilo que o PSD vem aqui constantemente chamar de "rigor na gestão", e que nós chamamos incompetência recorrente e sem emenda, com um único prejudicado, o povo de Esposende.

Quanto à redistribuição que o referido saldo transitado de 2022, de mais de oito milhões de euros, é objeto, a mesma é opaca, destinando-se a rubricas globais, na sua esmagadora maioria, não permitindo um escrutínio concreto à sua afetação, e dando um cheque em branco ao presidente da câmara para gastar onde mais lhe aprouver no momento.

Ou seja, esta alteração, na senda do orçamento inicial que agora é alterado, representa tudo aquilo que nós criticamos na administração local, opções erradas, inversão de prioridades, despesismo, gestão infeliz, em suma a gestão que vem sendo feita em Esposende, pelo que só poderíamos votar contra.”-----

Pela Deputada Independente Anabela Solinho, foi apresentada declaração de voto que se transcreve:

“Voto a favor uma vez que percebi que, dos oito milhões, mais de um milhão e meio estão associados a rubricas que originam investimento nas freguesias. No entanto, estou consciente de que os oito milhões existem de 22 para 23 originados pela baixa execução do orçamento de 22, ou seja, falta de investimento naquele ano.”-----

03.04 – APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DA POSTURA MUNICIPAL DE TRÂNSITO DA FREGUESIA DE GEMESES, NOS TERMOS DA ALÍNEA G) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DO ANEXO I, À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado

dia 26 de janeiro de 2023, foi presente na sessão, para aprovação, a Postura Municipal de Trânsito da Freguesia de Gemeses, nos termos da alínea g) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante. -----

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação da proposta.-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, COM 26 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DOS GRUPOS POLÍTICOS DO PPD/PSD, DO CDS-PP, DE TODOS OS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS E DOS DEPUTADOS INDEPENDENTES, E 4 VOTOS CONTRA DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PS, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE, DA POSTURA DE TRÂNSITO DA FREGUESIA DE GEMESSES, NOS PRECISOS TERMOS EM QUE FOI APRESENTADA.-----

Pelo Grupo Político do PS foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

“Votamos contra porquanto esta postura está muito mal elaborada.

Vejamos então:

Não possui localização de estacionamento para carregamento de carros elétricos.

Não possui sinalização de diminuição de velocidade em locais de particular circulação de peões (por exemplo, junto à escola devia ter uma velocidade máxima de 30Km. hora).

Não tem localização de Paragens de Autocarros, entre várias outras falhas muito relevantes e que não deviam existir.

Desse modo, o PS vota contra.”-----

03.05 - APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE RECONHECIMENTO DA INTERVENÇÃO DE REABILITAÇÃO NO PRÉDIO REGISTADO NA CONSERVATÓRIA DO REGISTO PREDIAL DE ESPOSENDE SOB O Nº 2579/FÃO E INSCRITO NA MATRIZ PREDIAL URBANA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE APÚLIA E FÃO, SOB O ARTIGO 4403, PARA EFEITOS DE APLICAÇÃO DO DISPOSTO NO Nº 4 DO ARTIGO 45º DO ESTATUTO DOS BENEFÍCIOS FISCAIS.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 23 de fevereiro de 2023, foi presente na sessão para deliberação, a proposta da Câmara Municipal para Reconhecimento da Isenção de IMI e IMT, ao prédio em causa. Ficam arquivadas cópias dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação da proposta.-----

Colocado o assunto a votação:



A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE, DE RECONHECIMENTO DA ISENÇÃO DE IMI E IMT, AO PRÉDIO REGISTRADO NA CONSERVATÓRIA DO REGISTO PREDIAL DE ESPOSENDE SOB O Nº 2579/FÃO E INSCRITO NA MATRIZ PREDIAL URBANA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE APÚLIA E FÃO, SOB O ARTIGO 4403, PARA EFEITOS DE APLICAÇÃO DO DISPOSTO NO Nº 4 DO ARTIGO 45º DO ESTATUTO DOS BENEFÍCIOS FISCAIS.-----
MAIS DELIBEROU, NOTIFICAR O SERVIÇO DAS FINANÇAS DAS RESPETIVAS DELIBERAÇÕES, PARA CONHECIMENTO.-----

Pela Deputada Independente Anabela Solinho, foi apresentada declaração de voto que se transcreve:

“Voto a favor. É de saudar a reabilitação na zona urbana/histórica de Fão, podendo servir esta de exemplo a outros possíveis e necessários investidores.”-----

03.06 - PARA CONHECIMENTO:

03.06.01 – PEDIDOS DE ISENÇÃO E DE RATIFICAÇÃO DE ISENÇÃO DE TAXAS, AO ABRIGO DAS MEDIDAS PREVENTIVAS APROVADAS PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM 30 DE NOVEMBRO DE 2015. -----

03.06.02 – CONTRATOS DE INVESTIMENTO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE CONCESSÃO DE INCENTIVOS AO INVESTIMENTO, DE ACORDO COM O ARTIGO 11º DO REGULAMENTO DE CONCESSÃO DE INCENTIVOS AO INVESTIMENTO.-----

03.06.03 - RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES 2022 DA CPCJ – COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS, NOS TERMOS DO Nº 2 DO ARTIGO 32º DA LEI Nº 147/99, DE 01 DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI Nº 142/2015, DE 08 DE SETEMBRO.-----

03.06.04 - RELATÓRIOS E INFORMAÇÕES DAS EMPRESAS PÚBLICAS MUNICIPAIS – PARA CONHECIMENTO, NOS TERMOS DO ARTIGO 42º DA LEI Nº 50/2012, DE 31 DE AGOSTO, NA REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 69/2015, DE 16 DE JULHO:

**. ESPOSENDE 2000 – ATIVIDADES DESPORTIVAS E RECREATIVAS, EM:
- RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – 3º TRIMESTRE 2022.----**

**. EAMB - ESPOSENDE AMBIENTE, EM:
- RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DO PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS (PGRCIC) – 2022. ----
- PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS (PGRCIC) – 2023.-----**

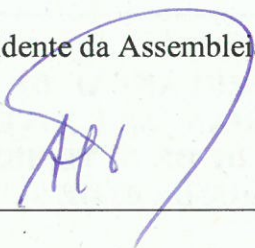
De harmonia com as deliberações tomadas pela Câmara Municipal, foram presentes na sessão, para conhecimento, Pedidos de Isenção e de Ratificação de Isenção de Taxas, ao abrigo das medidas preventivas aprovadas pela Assembleia Municipal em 30 de novembro de 2015, Contratos de Investimento outorgados, ao abrigo do Regulamento de Concessão de Incentivos ao Investimento, de acordo com o artigo 11º do Regulamento de Concessão de Incentivos ao Investimento, Relatório Anual de Atividades 2022 da CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, Relatório de Execução Orçamental – 3º trimestre de 2022, da empresa municipal Esposende 2000 – Atividades Desportivas e Recreativas, EM, Relatório de Acompanhamento do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PGRIC) – 2022 e Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PGRIC) – 2023, da empresa municipal EAmb - Esposende Ambiente, EM. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO. _____

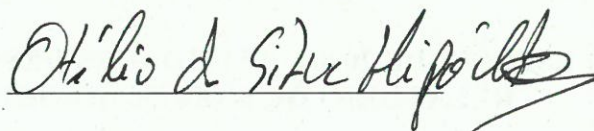
---Pelo Presidente da Mesa foi proposto que a ata da presente reunião, fosse aprovada em minuta, para efeitos imediatos, pelo que, nada mais havendo a tratar, foi a mesma minuta elaborada e, depois de lida, foi submetida à aprovação da Assembleia Municipal, sendo aprovada por unanimidade para efeitos de execução imediata das deliberações tomadas.-----

---Sendo 22 horas e 45 minutos, pelo Presidente da Mesa foi declarada encerrada a presente sessão.-----

O Presidente da Assembleia,



O Primeiro Secretário,



A Segunda Secretária,

